



GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA**

**QUADRO PROGRAMÁTICO AO NÍVEL DO PAÍS (QPP) /
COUNTRY PROGRAMMING FRAMEWORK (CPF)
2012 – 2016**

Praia, Março de 2012

INDICE

Siglas e Abreviações	iii	5. Proposta de programa de prioridades	18
Lista de quadros e gráficos	iv	5.1 Resumo da assistência da FAO em Cabo Verde numa perspectiva histórica	18
1. Introdução	1	5.2 Resumo da assistência recente da FAO a Cabo Verde	19
2. Contexto do CPF	2	5.3 Áreas prioritárias identificadas para a colaboração da FAO com o Governo	21
2.1 Políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e sectorial	2	5.4 Hipóteses e riscos	23
2.2 Tendência recente de ajuda pública ao desenvolvimento	5	6. Mecanismos de implementação, seguimento e avaliação	23
2.3 Sistema das Nações Unidas	5	6.1 Mobilização dos recursos	23
2.4 Objectivos estratégicos e mandatos da FAO	6	6.2 Coordenação	24
2.4.1 Aos níveis global, regional e sub-regional	6	6.3 Seguimento e avaliação	24
2.4.2 A nível nacional	7		
3. Breve análise da situação actual da agricultura e segurança alimentar	7		
3.1 Contexto nacional	7		
3.1.1 Contexto físico	7		
3.1.2 Contexto político, económico e social	8		
3.1.3 Constrangimentos e desafios	8		
3.2. Análise do sector agrícola, pescas e segurança alimentar	9		
3.2.1 Importância da agricultura na economia nacional	9		
3.2.2 Situação actual da agricultura e pescas	10		
3.2.3 Segurança alimentar e nutricional	16		
4. Intervenções/prioridades de outros parceiros de desenvolvimento relativamente à agricultura e segurança alimentar	17		
4.1 Resumo das intervenções passadas (2005-2010)	17		

Anexos

1. Alinhamento das prioridades nacionais com as prioridades e objectivos estratégicos da FAO (regional, sub-regional e global)	25
2. FAO Cabo Verde - CPF 2012 – 2016: Objectivos e Actividades Prioritárias	29
3. FAO Cabo Verde - CPF 2011 – 2016: Actividades Prioritárias e Recursos (US\$ '000)	36
4. Projectos executados pela FAO de 2005-2010	41
5. Projectos em execução pela FAO em 2011	42
6. Projectos / Propostas em carteira para a implementação no período 2012-2016	43
7. Referências Bibliográficas	44
8. Main Components of FAO's Results-based Framework (Medium Term Plan 2010-2013)	46
9. Escritório Sub-regional da FAO – África Ocidental – Quadro Estratégico	47
10. Escritório Sub-regional da FAO – África Ocidental – Quadro Estratégico – Quadro Lógico	48

Lista de Quadros

Quadro 1	Repartição da contribuição dos parceiros de desenvolvimento ao financiamento do PIP 2005-2010 por sector (%)	17
Quadro 2	Síntese das áreas prioritárias de intervenção de cada parceiro (PIP 2005-2010)	18
Quadro 3	Projectos FAO (2005-2010) – Volume financeiro por sector e fonte de financiamento (em USD '000)	19
Quadro 4	Projectos FAO (2005-2010) - Volume financeiro por domínio/tema e fonte de financiamento (em USD '000)	20
Quadro 5	Projectos FAO (2011)- Volume financeiro por sector e fonte de financiamento (em USD '000)	20
Quadro 6	Projectos FAO (2011) - Volume financeiro por domínio/tema e fonte de financiamento (em USD '000)	21

Siglas e Abreviações

AAL	Ajuda Alimentar Ligada
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
CEDEAO	Comunidade dos Estados para o Desenvolvimento Económico da África Ocidental
CPF	Quadro Programação ao nível do País (<i>Country Programming Framework</i>)
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DNP	Direcção Nacional de Planeamento
ECOWAP	Política Agrícola dos Estados da África Ocidental
ECV	Escudos de Cabo Verde
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAO/RAF	Escritório Regional da FAO para a África
FAO/SWF	Escritório Sub-Regional da FAO para a África Ocidental
FCP	Fundo de Contrapartida
FICASE	Fundação Cabo-verdiana para a Acção Social Escolar
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
GCP	Programa de Cooperação Governamental
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
ISVAF	Inquérito “Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias”
MCA	Millenium Challenge Account
MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
MDRRM	Ministério do Ambiente, do desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
MED	Ministério da Educação e Desporto
MF	Ministério das Finanças
MIEM	Ministério das Infra-estruturas e Economia Marinha
MAHOT	Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento Territorial
NMTPF	Quadro Nacional de Prioridades ao Médio Prazo da FAO
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OFN	Outras Fontes Nacionais (de financiamento)
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADA	Planos de Acção para o Desenvolvimento Agrícola
PAFN	Programa de Acção Florestal Nacional
PAFT	Programa de Acção Florestal Tropical
PANA	Programa de Acção Nacional Ambiental
PDDAA	Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP/NEPAD)
PEDA	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
PNIMT	Programa Nacional de Investimento de Médio Prazo
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PRIA	Programa Regional de Investimento na Agricultura
PSSA	Programa Especial de Segurança Alimentar
QUIBB	Questionário Unificado do Inquérito ao Bem Estar dos Agregados Familiares
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SIDS	Pequena Estado Insular em Desenvolvimento - <i>Small Island Developing State</i>
SNU	Sistema das Nações Unidas
SPFP	Programa Especial para a Segurança Alimentar
TCP	Programa Técnico de Cooperação
TFD	Telefood
UNCT	Equipa das Nações Unidas no País
UNDAF	Quadro de Apoio ao Desenvolvimento das Nações Unidas
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
UNJP	Programa Conjunta das Nações Unidas
UTF	Unilateral Trust Fund

1. INTRODUÇÃO

1. No âmbito da reforma da FAO iniciada em 2008, um dos elementos novos introduzido, a nível dos Escritórios de Representação da FAO nos países, consistiu na elaboração de um quadro de programação ao nível do país (CPF), anteriormente conhecido como Quadro Nacional de Prioridades da FAO a Médio Prazo (NMTPF). O CPF é entendido como sendo um instrumento de definição de prioridades, de programação, de mobilização de recursos, de diálogo e advocacia e de parcerias; um *input* essencial na definição e implementação do UNDAF. O mesmo incorpora os princípios básicos seguintes: (i) Liderança; (ii) Apropriação; (iii) Alinhamento; (iv) Complementaridade e sinergia; (v) Flexibilidade; (vi) Alvo (focalização); e (vii) Engajamento.

2. Até 2007, o apoio da FAO a Cabo Verde não seguia uma estratégia consubstanciada numa perspectiva programática para o país. Porém, funcionava na base de projectos e actividades com diferentes ciclos operacionais, fontes de financiamento e parcerias, particularmente com as instituições do Governo. Para colmatar essa lacuna e ancorado na reforma acima referida, a FAO e o Governo de Cabo Verde, através de troca de notas em Março de 2007, decidiram racionalizar e planear as suas intervenções, a médio prazo, no âmbito deste novo instrumento, como uma plataforma para a cooperação programática no curto e médio prazos entre os dois parceiros, tendo elaborado o primeiro NMTPF 2008-2012 em 2008. O documento então concebido foi submetido ao Governo mas – por varias razões – nunca teve um seguimento formalizado pelos parceiros.

3. Não obstante, afigura-se urgente que a FAO se posicione claramente e identifique, de uma forma consensual e participativa, as intervenções prioritárias a levar a cabo durante os próximos cinco anos com base nas prioridades definidas pelo Governo. Isto permitirá reforçar, de uma maneira coerente e satisfatória, a sua contribuição nos programas de investimentos públicos no sector da agricultura e segurança alimentar. Neste contexto, a elaboração de um novo CPF que permita identificar os domínios prioritários onde a FAO possui as vantagens comparativas que

são reconhecidas pelo Governo e outros parceiros de desenvolvimento, técnicos e financeiros, torna-se indispensável para responder a este imperativo.

4. O CPF teve em consideração na sua concepção todos os instrumentos de orientação estratégica elaborados, aprovados e adoptados no país tanto pelo Governo bem como pelas instituições internacionais e que serviram de *inputs* para a análise da situação da agricultura e segurança alimentar, bem como na definição das intervenções prioritárias e quadro programático. Descreve as prioridades de médio prazo de colaboração entre a FAO e o Governo e alinha-se tanto quanto possível com as orientações iniciais do DECRP III (2012-2016) - tal como reflectidas no Programa do Governo para a VIII legislatura 2011 – 2016 - PEDA (2005-2015), PNIA (2010-2015) e com as perspectivas estratégicas do UNDAF 2012-2016, em preparação. O mesmo permitirá à Representação da FAO em Cabo Verde, atingir dois objectivos importantes: (i) dispor de um quadro nacional de programação a médio prazo, e (ii) participar efectiva e activamente na programação do novo ciclo do UNDAF 2012-2016. Igualmente, o processo de elaboração envolveu a revisão de outros documentos, consulta das instituições que possibilitaram o mapeamento das acções de outros parceiros de desenvolvimento e da FAO.

5. O actual CPF tem em conta os desafios que o país enfrenta, o progresso conseguido na implementação do apoio da FAO, as lições apreendidas e as consequências de tudo isto para as actividades e oportunidades que se seguem, incluindo a necessidade de ajustamento face às mudanças que estão a ocorrer no ambiente da ajuda internacional ao desenvolvimento. O CPF visa: (i) melhorar a eficácia dos recursos limitados da FAO que deverão ser orientados para garantir efeitos catalisadores e de impacto, induzindo, sempre que possível, recursos adicionais provenientes de outras fontes; (ii) reforçar e desenvolver parcerias - com o Governo, com as demais agências do Sistema das Nações Unidas no país, com outros actores do desenvolvimento, nomeadamente doadores, sector privado, organizações da sociedade civil, etc., e com as unidades da FAO a nível da Sede e dos Escritórios Regional e Sub-Regional; (iii) apoiar a mobilização

de recursos para a segurança alimentar e para o desenvolvimento agrário; e (iv) reforçar a mobilização de recursos para o programa da FAO no país.

6. O presente documento é composto por 6 capítulos, incluindo esta introdução. A introdução aborda o enquadramento e os objectivos do CPF. O capítulo 2 faz uma descrição sobre o contexto do CPF, incidindo nas políticas e estratégias nacionais e sectoriais de orientação do processo de desenvolvimento nacional, tendência da evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento do sector, assim como sobre o Sistema das Nações Unidas através da UNDAF e os objectivos estratégicos e mandatos dessa organização nos diferentes níveis de sua intervenção. No capítulo 3 é feita uma análise da situação da agricultura e segurança alimentar e seus principais determinantes e também são enfatizados os diferentes constrangimentos, desafios e oportunidades com que é confrontado o sector. Enquanto que o capítulo 4 se centraliza nas principais intervenções/prioridades (passadas e presentes) dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. O capítulo 5 fornece informações retrospectivas relacionadas com as intervenções da FAO em Cabo Verde e se refere à identificação e descrição das áreas prioritárias de intervenção da FAO para o CPF, e o sexto capítulo incide sobre a implementação, seguimento e avaliação do CPF.

2. CONTEXTO DO CPF

2.1 Políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e sectorial

7. As políticas de desenvolvimento sectorial encontram-se encaixadas nas estratégias de desenvolvimento definidas no Programa de Governo e no Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP). Estes documentos constituem quadros de referência para a definição de todas as estratégias sectoriais, porém com maior incidência no DECRP. Observa-se que as grandes opções de governação já vêm integradas no DECRP. O combate à pobreza bem como a luta contra a insegurança alimentar têm assumido um papel central na definição e na implementação das estratégias de desenvolvimento socioeconómico do país. Este papel torna-se ainda mais relevante quando se sabe que tanto a pobreza como a insegurança alimentar continuam sendo um fenómeno eminentemente rural em Cabo Verde.

Programa do Governo (2011 - 2016)

8. As orientações de políticas contidas no Programa do Governo para o sector do desenvolvimento rural e recursos naturais, estrutura-se, entre outras, à volta do objectivo de alargar a economia rural, melhorar a capacidade de todos (incluindo os pobres) para participar na economia produtiva e criar milhares de postos de trabalho no mundo rural.

9. Na área do desenvolvimento integrado das comunidades rurais, o Governo promoverá uma abordagem que favoreça *‘o empoderamento dos pobres e o dos que vivem nas zonas rurais, para aumentarem a sua capacidade produtiva’*. Aqui se incluem programas e actividades para:

- Facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infra-estruturas e serviços sociais;
- Desenvolver programas específicos para ligar as áreas rurais ao sector do turismo através da cadeia de valor e para promover o turismo rural e ecológico;

- Expandir o turismo nas áreas rurais através da promoção de *linkages* com as políticas e programas de habitação, permitindo aos pobres e aos habitantes das zonas rurais participar no turismo e noutros sectores da economia.

10. Na área da modernização da agricultura e na gestão integrada dos recursos hídricos, o Governo pretende:

- Mobilizar mais água com a construção de 17 barragens, expandindo a superfície irrigada para 3070 hectares, incluindo cerca de 1820 hectares com sistema de rega gota-à-gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e do agro-negócios;
- Instalar 50 estufas de 500 m² para produção em sistemas protegidos e culturas hidropónicas, com capacidade de produção de 520 t/ano de produtos de alta qualidade;
- Diversificar o sector da pecuária e melhorar as raças, através da inseminação artificial das principais espécies. A produção de pasto será uma aposta grande para a melhoria da alimentação do gado e da modernização da pecuária familiar.

11. O Governo entende promover o alargamento da base produtiva rural, através da criação de condições sanitárias e de distribuição para que os produtos agro-industriais entrem no circuito de compra da indústria hoteleira do País, do incremento de centros de controlo de qualidade, do incentivo e apoio técnico à exportação da produção nacional e do reforço das capacidades de investigação e transferência intensiva de conhecimento aos agricultores.

12. O Governo pretende também criar uma Agenda Verde transversal baseada na inovação, na procura de um *mix* óptimo de energias renováveis, em cidades sustentáveis e na criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde. Os esforços de promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate à desertificação, a protecção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados como componentes integrantes desta agenda.

13. No sector das pescas, com vista as melhorias da segurança alimentar e da qualidade e produtividade bem como o aumento das exportações, o Governo pretende consolidar o desenvolvimento sustentado da produção haliêutica, com base nos seguintes eixos estratégicos:

- Explorar de forma racional e planificada os recursos haliêuticos numa perspectiva de valorização e de integração marítima do país;
- Reforçar as capacidades empresariais e da competitividade, tanto ao nível artesanal como industrial;
- Alargar a base produtiva, visando a promoção de nichos competitivos (aquacultura, turismo, etc.).

Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III (2012-2016)

14. O Governo de Cabo Verde está num processo de preparar o seu terceiro DECRP, que deverá representar um quadro de referência em matéria de políticas e estratégias de desenvolvimento, com base no Programa de Governo e dos OMD, cujas principais linhas orientadoras provavelmente continuam a assentar-se nos cinco pilares fundamentais identificados no segundo DECRP: 1) reforma do Estado; 2) capital humano; 3) competitividade; 4) infra-estruturação; 5) coesão social. A estratégia sectorial estará inserida no pilar que visa favorecer o crescimento e a diversificação económica e a criação de empregos.

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura – 2005 até 2015

15. O PEDA constitui o documento de referência sectorial e o mesmo orienta-se pelas estratégias de desenvolvimento definidas no Programa de Governo e no DECRP. É um documento federador que integra todas as políticas, estratégias e medidas visando o desenvolvimento rural e pescas numa perspectiva de preservação e conservação dos recursos naturais, luta contra a pobreza e insegurança alimentar. Sendo um quadro estratégico coerente de longo prazo, ele é complementado por um plano operacional (2005-2008) que define as acções, as prioridades e os meios necessários para a sua implementação. Posteriormente, e para servir como instrumento

de orientação das Delegações e outras estruturas do Ministério na implementação das políticas e medidas adoptadas no quadro do PEDDA, foram elaborados quatro Planos de Acção de Desenvolvimento Agrícola (PADA), referentes às quatro principais ilhas agrícolas do país (Santiago, Santo Antão, Fogo e S. Nicolau) ^{1/}.

16. Face aos desafios de luta contra a pobreza e a insegurança alimentar numa perspectiva durável de protecção e preservação dos recursos naturais, o PEDDA definiu como visão para o desenvolvimento rural: “ *A melhoria das condições de existência durável das populações rurais (humana, social e económica, etc.) para permitir a redução da pobreza rural de 50% e uma diminuição simultânea da insegurança alimentar e nutricional, tanto estrutural como conjuntural*”. O PEDDA retém cinco eixos prioritários para a implementação das estratégias de desenvolvimento rural, alinhavados no DECRP e em coerência com os documentos estratégicos da FAO:

- O acesso e gestão durável dos recursos naturais hídricos, fundiários e biológicos incluindo os haliêuticos nomeadamente através do reforço de infra-estruturas e das capacidades de gestão durável das comunidades rurais;
- A valorização dos produtos agrícolas, da pesca e outros pelo reforço das actividades de conservação, de transformação e de comercialização, nomeadamente através de criação de infra-estruturas adaptadas, de capacidades empresariais privadas e/ou associativas;

^{1/} No plano sectorial, com vista a enquadrar as intervenções nos diferentes sub-sectores, vários documentos de estratégias de médio e longo prazos foram concebidos, nomeadamente: (i) Plano Director de Gestão dos Recursos Hídricos (1993); (ii) Plano de Acção Florestal Nacional –PAFN (1994 e actualizado em 2001); (iii) Plano Director da Pecuária (1997); (iv) Plano Director da Irrigação (1997/1998); (v) Plano Director da Horticultura (2001); (vi) Estratégia Nacional de Segurança Alimentar – ENSA (2001-2002), (vii) Programa Nacional de Segurança Alimentar – PNSA (2006); (viii) Plano de Acção Nacional Ambiental – PANA (2002); (ix) Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura – PEDDA (2004); e (x) Quadro Estratégico para o Desenvolvimento da Aquacultura (2010).

- O reforço dos serviços técnicos pela activação da pesquisa participativa e para o desenvolvimento e promoção/vulgarização de tecnologias apropriadas;
- A criação de um ambiente socioeconómico e político propício, nomeadamente pela promoção do papel do sector privado e associativo à montante e à jusante da produção, e da formação dos recursos humanos do meio rural, de apoio às iniciativas locais, etc.
- A luta durável contra a fome e a malnutrição, através da utilização das operações de emergência para iniciar/consolidar um processo de desenvolvimento sustentável (adaptação das acções da FAIMO).

A par do plano operacional de médio prazo, o PEDDA vem declinado nos vários documentos operacionais, nomeadamente, PNIMT, PADA e mais recentemente no PNIA. Este último constitui o quadro programático sectorial onde se devem inscrever os investimentos para o desenvolvimento da agricultura no horizonte 2011-2015 os quais contribuirão para o alcance dos objectivos preconizados no DECRP, seja o crescimento económico e a redução da pobreza.

Programa Nacional de Investimento Agrícola de Cabo Verde (PNIA)²

17. O PNIA 2011 – 2015 é a expressão do engajamento político firme do Governo em realizar importantes investimentos no sector agrícola no sentido lato, com vista a um crescimento sustentado que contribuirá para uma redução significativa da pobreza, participando deste modo na realização dos objectivos traçados nos DECRP II e no PEDDA. Ele se baseia nas orientações do ECOWAP/PDDAA, estes últimos igualmente em coerência com o DECRP e o PEDDA. O PNIA cobre todos os subsectores agrícolas (sentido lato) e pescas e toma em consideração os domínios transversais como o reforço institucional, a pesquisa aplicada e vulgarização agrícola, assim como integra as dimensões género, ambientais e sociais para assegurar a durabilidade das realizações. Ele inclui todos os programas em curso e que estão já financiados, bem como

^{2/} Baseado no documento ‘*Rapport de présentation du PNIA*’, que constitui uma versão sintética do Relatório de Apresentação detalhado do PNIA

programas novos e alargados para os quais será necessário um financiamento suplementar.

18. O objectivo de desenvolvimento do PNIA 2011-2015 é de contribuir para a redução da pobreza rural em Cabo Verde. A realização deste objectivo passa por concretização de três indicadores: i) uma melhoria do rendimento médio das populações rurais; ii) uma melhoria das necessidades alimentares pelo auto-consumo; e iii) uma baixa da taxa de pobreza no meio rural. O PNIA está estruturado em volta de seis sub-programas estruturantes, em coerência com os eixos prioritários do PEDDA: i) Melhoria da gestão de água; ii) Desenvolvimento das fileiras agrícolas e promoção do acesso ao mercado; iii) Melhoria da gestão de outros recursos naturais; iv) Pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias melhoradas; v) Prevenção e gestão de crises alimentares e outros desastres naturais; e vi) Reforço institucional e coordenação do PNIA.

2.2 Tendência recente de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

19. Na realização da estratégia nacional de redução de pobreza e insegurança alimentar declinados nos documentos estratégicos nacional e sectoriais, Cabo Verde tem beneficiado de apoios (técnico e financeiro) dos parceiros de desenvolvimento, multilateral e bilateral, de forma contínua e/ou pontual, materializados no Programa de Investimento Público (PIP) sob forma de ajuda orçamental, ajuda directa a projectos, empréstimos concessionais, alívio do serviço da dívida sob condição de financiamento de projectos de investimento e ajuda alimentar, aliadas ao esforço do Governo.

20. Tem-se verificado uma inversão na tendência das modalidades de financiamento, ou seja, a passagem gradual de ajuda alimentar e donativos a favor de empréstimos concessionais e ajuda orçamental. Essa tendência é confirmada pelos dados da proposta do Orçamento de Estado para 2010, onde os empréstimos concessionais representam 66,6% do financiamento externo, e 33,4% são provenientes de donativos, dos quais uma parte

insignificante sob forma de ajuda alimentar. A ajuda orçamental representa 18,8% do financiamento externo e 15% do total dos investimentos.

21. Mais de 90% dos investimentos públicos depende do financiamento externo sob forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Porém, com a graduação de Cabo Verde ao grupo de Países de Rendimento Médio (PRM), tem vindo a se verificar uma diminuição dessa ajuda. Segundo a OCDE, “(...) Cabo Verde já está a assistir a uma redução gradual em donativos, embora isso possa ser o resultado da queda económica mundial”. Ainda segundo aquela organização, “ (...) a parte que as ajudas externas têm como percentagem do PIB caiu de 5,2% em 2006 para 4,6% em 2007. A expectativa actual é que a quota continuará a cair e se estabilize em cerca de 3,6% a partir de 2010” (OCDE 2009).

2.3 Sistema das Nações Unidas (SNU)

22. Cabo Verde faz parte dos oito países piloto que aderiram à reforma das Nações Unidas a nível do país designado de iniciativa “*Delivering as One*”. A visão da UNCT (Equipa das Nações Unidas do País) para o ‘Programa Único 2008 – 2011’ em Cabo Verde é a de uma presença unificada das várias agências residentes e não-residentes, que se pronuncia e actua como uma única entidade com mais efectividade e eficiência. O objectivo geral do programa consiste em assegurar a prestação de resultados concretos em apoio aos objectivos e prioridades nacionais de desenvolvimento por parte de um Sistema das Nações Unidas mais coerente, melhor coordenado, financiado e gerido. Para este fim, a UNCT decidiu ajustar o UNDAF 2006 – 2010 (subsequentemente estendido até 2011) e incidir num Programa Único, através de 10 sub-programas em quatro áreas alinhadas aos resultados de desenvolvimento propostos no DECRP e incluindo os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD): 1) Boa governação; 2) Promoção do Crescimento e oportunidades económicas; 3) Ambiente, energia e prevenção e resposta aos desastres naturais; e 4) Capital humano e protecção social.

23. O SNU em Cabo Verde, em conjunto com o Governo já deu início ao processo para a elaboração de um novo UNDAF, que cobre o período 2012-2016. A equipa nacional (UNTC) está neste momento a fazer a revisão da análise do país de maneira a identificar os desafios, oportunidades, objectivos e vantagens comparativas, processo esse que já resultou na formulação do primeiro nível da matriz de resultados da UNDAF (UNDAF outcomes). O UNDAF será acompanhado dum Plano de Acção (UNDAP) que basicamente terá o formato dum novo ciclo do Programa Único, cobrindo o mesmo período, 2012 até 2016, que o novo DECRP III.

2.4 Objectivos estratégicos e mandatos da FAO

2.4.1 Aos níveis global, regional e sub-regional

24. Como definido nos seus estatutos, a FAO tem como um dos papéis principais ajudar os Estados-membros, sobretudo os países em desenvolvimento e em transição, a modernizar e melhorar as práticas agrícolas, florestais, e haliêuticas e a garantir a segurança alimentar e a boa nutrição para todos. No quadro das reformas iniciadas em 2008, a 35ª Sessão Especial da Conferência da FAO, de Novembro de 2008, aprovou a seguinte visão para a organização: *“Um mundo livre de fome e malnutrição onde a alimentação e a agricultura contribuem para melhorar a qualidade de vida de todos, especialmente dos mais pobres de maneira económica, social e ambientalmente sustentável.”*

25. Baseado nessa visão, o quadro estratégico da FAO definiu três metas globais e objectivos estratégicos para acelerar o cumprimento da mesma bem como dos OMD, e promover uma alimentação e agricultura sustentáveis:

- Redução do número absoluto de pessoas que sofrem de fome, assegurando progressivamente um mundo onde todas as pessoas em todo o tempo tenham alimentos seguros e nutritivos suficientes para atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável;

- Eliminação da pobreza e promoção de um progresso económico e social para todos com um aumento da produção alimentar, reforçando o desenvolvimento rural e meios de vida sustentáveis; e
- Gestão e utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo terra, água, ar, clima e recursos genéticos, em benefício das gerações presentes e futuras.

26. Os objectivos estratégicos a nível global resumem-se nos seguintes (vide anexo 8):

- Intensificação sustentável da produção agrícola;
- Aumento sustentável da produção pecuária;
- Gestão e utilização sustentáveis dos recursos da pesca e da aquacultura;
- Melhoria da qualidade e segurança sanitária dos alimentos em todas as fases da cadeia alimentar;
- Gestão sustentável das florestas e das árvores;
- Gestão sustentável da terra, água e recursos genéticos e melhores respostas ao aquecimento global e desafios ambientais que afectam a alimentação e a agricultura;
- Ambiente favorável para os mercados melhorarem os meios de subsistência e desenvolvimento rural;
- Melhoria da segurança alimentar e uma melhor nutrição;
- Melhoria da preparação e resposta eficaz a ameaças de produção alimentar, agrícolas e emergência;
- Igualdade de género no acesso aos recursos, bens, serviços, e tomadas de decisões nas áreas rurais;
- Maior e mais eficazes investimentos públicos e privados no domínio da agricultura e desenvolvimento rural.

27. As visões insertas nos quadros estratégicos sub-regional da África Ocidental e da África, para 2010 e 2015, são a sequência natural desta visão global da FAO e consistem no âmbito regional na *“Construção de uma região e produção de alimentos segura e ecologicamente sustentável para as gerações presentes e futuras em África.”* e a nível sub-regional em construir *“Uma África Ocidental livre de fome, insegurança alimentar e pobreza.”* Como meta, a nível sub-regional foi definido *“atingir, em 2015,*

redução sustentada da pobreza e segurança alimentar através de um crescimento alargado da produção, produtividade e diversificação bem como renda familiar, focalizado nas pequenas explorações familiares e grupos vulneráveis enquanto se procura eliminar as perversas desigualdades de género, a marginalização de grupos minoritários assim como desigualdades entre territórios, áreas e países.”

2.4.2 A nível nacional

28. O mandato da FAO a nível nacional deriva da visão, objectivos e mandatos aos níveis sub-regional, regional e global. Deste modo, o alcance da segurança alimentar para todos está no centro dos esforços da FAO em Cabo Verde. A Representação da FAO no país trabalha, em conjunto com o Governo e outros parceiros de desenvolvimento, para que as populações tenham um acesso regular à uma alimentação de boa qualidade que lhes permita levar uma vida saudável e activa. Nesta base, o mandato da FAO nacional consiste em melhorar os níveis de nutrição, de produtividade agrícola e a qualidade de vida das populações rurais e contribuir para o crescimento da economia nacional. Conforme este mandato, os apoios fornecidos pela FAO a Cabo Verde articulam-se em volta de áreas de cooperação onde possui as vantagens comparativas, nomeadamente:

- Aconselhamento em políticas e estratégias relativas às grandes orientações do sector agrícola e rural derivado da experiência acumulada (*melhores práticas*) ao longo dos anos de intervenção nos países membros;
- Advocacia para mobilização de recursos e investimentos para a agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar;
- Transferência de conhecimentos e gestão da informação para facilitar aos países o acesso aos conhecimentos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento agrícola e pelo apoio à valorização de conhecimentos locais;
- Formação e reforço de capacidades institucionais;
- Estabelecimento de parcerias que permitem melhores sinergias entre as diferentes partes interessadas no sector;

- Operações de urgências e de reabilitações através da prevenção e a gestão de crises humanitárias e catástrofes naturais.

3. BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

3.1 Contexto nacional

3.1.1 Contexto físico

29. O arquipélago de Cabo Verde situa-se no Oceano Atlântico, aproximadamente a 500 Km das costas do Senegal. Compõe-se de dez ilhas (sendo nove habitadas) e de oito ilhéus divididos em dois grupos, **Barlavento e Sotavento** que ocupam uma superfície total de 4033 Km², e uma zona económica exclusiva de 734.265 Km². País da zona saheliana, tem um clima de tipo subtropical árido, com precipitação média de 230 mm / ano, repartida por duas estações: a das chuvas (de Julho a Outubro) e a estação seca (de Novembro a Junho).

30. Segundo os dados definitivos do último Censo da população (RGPH 2010), o país possui 491.875 habitantes, sendo 61,8 % urbano e 38,2% rural. As mulheres representam 50,5% dessa população. A taxa de crescimento médio anual passou de 2,4% em 2000 para 1,2% em 2010. O processo da urbanização tem se acentuado atingindo mais de 60% da população. A concentração populacional é notória particularmente nos dois principais centros urbanos do país (cidade da Praia, 26,9%, na ilha de Santiago, e cidade de Mindelo, 15,5%, na ilha de S. Vicente).

31. No aspecto agro-ecológico e bioclimático, podem-se distinguir as seguintes zonas: árida, semi-árida, sub-húmida, húmida. Em termos de vegetação, distinguem-se duas categorias de coberturas: a vegetação natural, essencialmente composta por formações herbáceas que constituem os recursos pastorais e as raras formações lenhosas, e a vegetação introduzida que é formada por plantações florestais.

3.1.2 Contexto político, económico e social

32. Passados 20 anos, após as primeiras eleições multipartidárias, o país conheceu progressos maiores na via da consolidação da democracia em que a alternância governativa parece enraizada na cultura política. O poder local autárquico está presente e em consolidação, existe o respeito pelas liberdades políticas e de associação, pela liberdade de expressão e de imprensa, pelos direitos humanos (direitos da mulher, das crianças, da protecção das camadas sociais mais vulneráveis), a existência de mecanismos de controlo do exercício de poder através do parlamento nacional, e outras instituições do Estado vocacionadas para o feito, entre outros.

33. A economia cabo-verdiana é dominada pelo sector dos serviços, incluindo o turismo (68% do PIB), seguido pelo sector secundário (19% do PIB) e do sector primário (13% do PIB). Nos últimos anos, Cabo Verde tem conhecido um crescimento económico significativo e regular da sua economia. Entre 2004 e 2007, a taxa de crescimento do PIB foi de 7%, em média, com a inflação a 6,8% em 2008 e 1% em 2009. Este desempenho económico proporcionou sua graduação à categoria de países de renda média pela ONU em 2008. No entanto, e devido às suas vulnerabilidades estruturais, o país beneficiou de um período de transição para a efectiva graduação de país de rendimento médio o qual poderá ser estendido até 2015. Os principais motores da economia que são os investimentos, turismo, remessas dos emigrantes, e de IDE foram afectados, contribuindo para uma desaceleração do crescimento de 8,6% em 2007 para 6,2% em 2008 e 3,6% em 2009.

34. Sobre as finanças públicas, o Governo tem trabalhado nos últimos anos para reduzir o défice orçamental e a dívida pública interna, evitando o aumento da carga fiscal. O défice estrutural da balança de conta corrente externa melhorou ligeiramente em 2009 devido ao aumento das transferências correntes e redução das importações. Além disso, para atender às exigências de inserção do Cabo Verde na economia regional e

Mundial (APE/UE, a OMC, a CEDEAO), o Governo lançou as reformas fiscal e aduaneira, através de planos de acção específicos.

35. O país tem grandes possibilidades de alcançar a maioria dos OMD, na condição de manter um bom ritmo de crescimento. Segundo os resultados do QUIBB 2007, a taxa de alfabetismo era de 73% para os homens e de 87% para as mulheres. A pobreza diminuiu de 36,5% em 2002 para 27,6% em 2007. Apesar dessa diminuição, a mesma continua a atingir mais a população rural (44,3%) do que a população urbana (13,2%). Em termos de repartição por meio de residência, 72% dos pobres vivem no meio rural (63% em 2001). Em relação ao género, 33% da população pobre é constituída por mulheres e 21,3% por homens. Os chefes de agregados familiares de sexo feminino representam 56,3% de pobres e masculino 43,7%. Segundo a categoria sócio profissional, 46,2% dos trabalhadores por conta própria na agricultura são pobres. Apesar de um aumento significativo do nível médio de vida das populações, um desafio importante na economia cabo-verdiana é a sua fraca capacidade de gerar emprego. A taxa de desemprego continua elevada, situando-se em 18,8 % em 2008. Entre 2001 e 2008, a taxa de desemprego das mulheres foi sempre superior à dos homens.

36. No aspecto género, embora o período 2000 a 2009 ter sido marcado por ganhos significativos em matéria de igualdade entre homens e mulheres, ainda persistem alguns indicadores desfavoráveis às mulheres e começam a surgir indicadores menos favoráveis aos homens. Os ganhos mais relevantes relativamente a autonomia das mulheres estão a nível da área social (saúde e educação). Entretanto, no sector económico mantém-se uma disparidade em desfavor das mulheres, onde o rendimento das mesmas representa metade da dos homens. Os resultados, das eleições legislativas de 2006 e autárquicas 2008, revelam que a participação das mulheres no plano público e político tem aumentado ligeiramente, contudo é um dos domínios onde se manifesta uma situação de profunda desigualdade em desfavor das mulheres.

3.1.3 Constrangimentos e desafios

37. Não obstante os aumentos significativos do rendimento médio nos últimos anos, a pobreza continua sendo um problema para algumas camadas vulneráveis específicas da população. O fraco ritmo de criação de emprego e a elevada taxa de desemprego na camada juvenil e nas mulheres torna o problema mais grave nestas camadas da população. Será particularmente importante procurar novas formas de integrar os mais vulneráveis e as áreas rurais na economia nacional, visando facilitar o crescimento e reduzir a pobreza. Nas zonas rurais, o baixo nível de qualificação e a falta de acesso ao crédito bancário diminui a capacidade das populações em investir e financiar projectos viáveis que aumentem os seus rendimentos e salários. Para os mais pobres, o sustento muitas vezes depende do sistema não-contributivo do sistema de protecção social, assim como as remessas dos emigrantes.

38. Embora o país continue a registar progressos em várias frentes, ele continua economicamente vulnerável, por ser um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, exposto a choques externos. Os principais aspectos da sua vulnerabilidade são os seguintes:

(a) o elevado grau de dependência da APD e das remessas dos emigrantes. De facto Cabo Verde continua a ser altamente dependente da ajuda. Os actuais desafios económicos mundiais, a graduação de Cabo Verde da lista de países menos desenvolvidos e a percepção de que Cabo Verde pode deixar de ser um país pobre podem, com o tempo, levar à redução substancial de fluxos de ajuda. A diáspora cabo-verdiana, em alguns casos, está a entrar na segunda e terceira gerações. Ao longo do tempo, os laços com a pátria, provavelmente diminuirão, levando à redução das remessas. As oportunidades de emigração também estão a diminuir, com as leis de imigração se tornando mais rigorosas e a realidade nos países de recepção a se tornar mais exigente;

(b) a vulnerabilidade do meio ambiente, com chuvas irregulares e limitadas, conducentes a um alto défice alimentar estrutural e dependência

nas importações, aliada à falta de recursos naturais dificultam o crescimento;

(c) a fragmentação territorial é bastante debilitante na medida em que impede a unificação do mercado nacional, que conjugado com a fraqueza e os elevados custos de transporte inter-ilhas efectivamente comprometem o funcionamento do mercado interno, devido à incapacidade de movimentar pessoas e mercadorias de uma ilha para outra com facilidade e a baixo custo. Este é um problema crítico para as ilhas agrícolas Fogo, Santo Antão e Santiago, ilhas que apresentam um relevo acidentado e que implicam altos custos de infra-estruturas e se tornam um sério desafio.

3.2. Análise do sector agrícola, pescas e segurança alimentar

3.2.1 Importância da agricultura na economia nacional

39. Os dados das Contas Nacionais mostram a fraqueza do sector agrícola na economia nacional, cuja contribuição oscila entre 5% e 6% do PIB no período 2004-2007. Essa participação poderia ser mais importante se for tomada em consideração toda a cadeia de valor. Também, as estatísticas sectoriais disponíveis (produção agrícola, pecuária e florestas) não fornecem dados completos para a elaboração das contas do ramo agrícola nem os indicadores de seguimento e avaliação do impacto de políticas e estratégias específicas. A capacidade actual de produção estatística sectorial está muito aquém da necessidade manifestada pelos diferentes utilizadores nomeadamente para efeitos de planeamento e desenvolvimento rural. Deste modo, o sistema de recolha, análise e divulgação de estatísticas agrícolas precisa de ser fortalecido.

40. Relativamente ao comércio externo, as exportações agrícolas são nulas, salvo para os produtos da pesca. Em contrapartida, a importação dos produtos alimentares representaram em média, em termos monetários, no período 2005-2008, 23,7% do total das importações. A parte dos produtos básicos na importação dos produtos alimentares ronda, em média, quase 60 %, em termos de volume. Todavia, a importância do sector agrícola reside

na procura e melhoria da segurança alimentar das famílias, na garantia de emprego que oferece às populações rurais, na conservação e estabilidade do meio ambiente.

3.2.2 Situação actual da agricultura e pescas

Terra e situação fundiária

41. As terras aptas para a agricultura são escassas e representam 10% do território nacional, ou seja, 44.531ha (RGA 2004) dos quais 90,8% são exploradas sob regime de sequeiro, 7,8% de regadio, e 1,3% são de regime misto de regadio e sequeiro e estão concentradas mais de metade nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo. A situação fundiária é caracterizada por uma forte fragmentação dessas terras. Em média, cada exploração agrícola familiar dispõe de 1,26 ha de área cultivável. No sequeiro esta média é de 1,19 ha, no regadio de 0,46 ha. Um número significativo de agricultores não possui a propriedade das terras que cultivam. Pois, 36,7% das parcelas são exploradas em regime de parceria (21,1 %) e arrendamento (12,5%). O acesso às terras mais produtivas de regadio é limitado à 17% das explorações agrícolas familiares mas em proporções diferentes segundo o sexo do chefe da exploração. Apenas 10% das mulheres possuem terras de regadio contra 25% de homens.

42. As conclusões do “Estudo sobre a correlação entre a segurança alimentar e as questões de natureza fundiária” apontam as formas indirectas de exploração da terra, sobretudo a parceria, como um obstáculo ao investimento na agricultura, por razões ligadas ao custo de produção e insegurança fundiária. No que concerne ao arrendamento, o mesmo estudo conclui que agricultores mais pobres não têm grande capacidade de aceder a terra por via de arrendamento devido ao elevado valor deste. Em alguns casos o agricultor é obrigado a se descapitalizar para poder honrar os seus compromissos.

43. A posse da terra por pessoas muitas vezes residentes no exterior, a ausência de regras jurídicas entre os utilizadores e os proprietários também

limitam as iniciativas de investimentos e os melhoramentos fundiários, e criam problemas para a exploração de investimentos de interesse colectivo. Igualmente, o desenvolvimento de um mercado fundiário nacional, assumindo contornos especulativos, em vários casos, pode restringir o acesso dos pobres e sem terra a esse recurso crucial para a sua sobrevivência. No passado, a legislação fundiária já foi objecto de revisão através da assistência técnica e financeira da FAO que permitiu a elaboração de estudos e recomendações de melhorias tanto legais como institucionais, mas os grandes desafios acima expostos ainda ficam para serem esclarecidos e regularizados.

Recursos hídricos, irrigação e gestão da água

44. A água, a par da terra agrícola, constitui um outro factor que limita o desenvolvimento da agricultura de uma forma acelerada. A sua quantidade e qualidade dependem de muitos factores e variam fortemente de uma ilha a outra. Os recursos disponíveis são constituídos principalmente de águas subterrâneas e superficiais. Outras fontes de água alternativas são mobilizadas mas ainda sem grande expressão, nomeadamente os cursos de água permanente que se formam a partir das nascentes e as águas residuais tratadas. Esta última é utilizada na agricultura em Mindelo (S. Vicente). Essa experiência, ainda incipiente, poderia e deveria ser implementada em todo o país. A maioria da água disponibilizada e usada na irrigação é de origem subterrânea e representa mais de 88% dos recursos hídricos subterrâneos actualmente mobilizados. A capacidade de mobilização de água de rega aumentou com a construção de mais infra-estruturas de captação e armazenamento, particularmente com a construção da 1ª barragem de Cabo-Verde, a Barragem de Poilão.

45. A gestão da água de rega é assegurada pelo INGRH, porém, essa tarefa vem sendo partilhada com os municípios, as associações comunitárias e nalguns casos com os agricultores. Todavia, estes são confrontados com constrangimentos organizacionais e técnicos que precisam ser atenuados/eliminados. Assim, acções visando o reforço institucional devem ser realizadas a todos os níveis, mas também impõe-se a definição

de um quadro regulamentar que defina os mecanismos institucionais de articulação entre estes diferentes actores. Actualmente, encontra-se em curso a reforma do sector dos recursos hídricos a qual prevê a separação em termos de gestão da água destinada ao abastecimento público e da água para a agricultura, cuja gestão estaria a cargo do MDR.

46. A área irrigável ultrapassa os 3000 hectares (cerca 3.500 ha) e limita-se em volta de micro-perímetros essencialmente irrigados por gravidade a partir de nascentes, ou de captação através de poços ou de galerias. A irrigação é efectuada com intervalos de rega muito espaçados (mais de 15 dias para 96% das superfícies). Uma falta de eficiência dos canais de rega é observada com perdas importantes nas parcelas apesar da introdução crescente de modernas e eficientes técnicas de irrigação.

47. Perspectiva-se para os próximos anos (2011-2015), no quadro do sub-programa “Melhoria de gestão de água” constante do PNIA, a mobilização de quase 6,9 milhões de m³ de água (superficial, subterrânea e dessalinizada) para a rega. A mobilização de água para a agricultura, será complementado com acções de promoção da irrigação através de investimentos na construção de redes de irrigação e na conexão dos produtores à essas redes. Neste quadro, o governo pretende, entre 2010 e 2015, converter 1.100 hectares de novos perímetros irrigados em técnicas de irrigação localizada (gota-à-gota)

Produção e protecção vegetal

48. Apesar da sua importância económica e social grande, a produção de sequeiro continua na essencial tributária das condições climáticas. Os rendimentos médios são fracos, na ordem de 300 kg/ha e de 90 kg/ha, respectivamente para o milho e os feijões. Os principais factores que explicam esse fraco desempenho, entre outros, são o nível baixo de uso de insumos (adubos, pesticidas, sementes melhoradas), a fraca precipitação (60-550 mm para 3 a 4 meses por ano), que é igualmente irregular e mal distribuída no espaço e no tempo.

49. Não obstante todas as intervenções feitas no sentido da sua melhoria, nomeadamente obras de correcção torrencial e conservação de solos e água, para facilitar a constituição de reservas em água e limitar a erosão, os seus impactos sobre a produção continuam relativamente limitados. Entretanto, a introdução de inovações nas zonas sub-húmidas e húmidas de altitude, como a integração da prática da horticultura, incluindo tubérculos e raízes, e a fixação de fruteiras tem conduzido a resultados que se traduzem em melhoria visível dos rendimentos dos produtores.

50. No regadio, a produção hortícola tem vindo a aumentar significativamente devido a introdução de espécies e variedades mais produtivas e adaptadas às condições agro-climatológicas do país, a substituição gradual por hortícolas das áreas anteriormente cultivadas com cana sacarina, banana e mandioca, a introdução e a massificação de técnicas de micro-irrigação, a investigação aplicada e a formação dirigida aos produtores e técnicos do sector mais a execução de obras de captação, armazenamento e distribuição de água. Entretanto, ela continua por enquanto abaixo das suas potencialidades de produção por razões que se prendem, em grande parte, com a fraca disponibilidade de água e a sua má utilização.

51 As campanhas de plantação de árvores fruteiras associadas as técnicas de captação de águas pluviais contribuíram, sobretudo nas zonas altas da ilha de Fogo, para o aumento da produção nacional. Porém, a não existência de um cadastro frutícola, aliada ao desconhecimento de plantas fixadas e de taxas de sobrevivência das mesmas não permitem quaisquer especulações quanto ao volume da produção de fruteiras.

52. A intensificação da produção hortícola e frutícola é considerada crucial para o crescimento agrícola. Intervenções nestes sub-sectores deverão passar pela: melhoria do acesso dos produtores ao material genético melhorado para as culturas hortícolas e fruteiras; e introdução e expansão da hidroponia e culturas protegidas.

53. No âmbito da protecção vegetal, apesar do dispositivo de inspecção montado em todos os portos e aeroportos abertos ao tráfico internacional, assistimos à entrada de novas pragas e doenças. Alguns desses inimigos de culturas continuam sem solução técnica duradoura no que diz respeito ao seu controlo, como é o caso do mil-pés de Sto Antão, *Bandeirenica caboverdus*, da mosquinha branca e cochonilha do coqueiro, *Aleurotrecheilus atratus* e *Aspidiotus similans* respectivamente, da mosca da fruta, *Bactrocera invadens*, da mosquinha branca, *Aleurodicus dispersus*, etc. O seguimento da dinâmica populacional das principais pragas e doenças permanece deficitário, dificultando, assim, o aconselhamento atempado e adequado aos agricultores. O país continua a não dispor de mecanismos de controlo sistemático de resíduos de pesticidas sobre os alimentos produzidos. Contudo, com o apoio da FAO no quadro de um projecto *TCP Facility* está, neste momento, em curso, a realização de um estudo sobre resíduos de pesticidas sobre produtos agrícolas nacionais, leite materno e tecido humano, o que irá acontecer pela segunda vez, na história do país.

54. O MDR continua a ter um papel fundamental no controlo de pragas e doenças no país, através de medidas de quarentena vegetal, de campanhas fitossanitárias, da capacitação, assistência técnica aos agricultores, e na adopção de políticas adequadas e mecanismos de controlo da importação, comercialização e utilização de pesticidas no país, com o intuito de controlar as principais pragas das culturas do sequeiro. A protecção vegetal tem sido perspectivada e trabalhada numa óptica de protecção integrada, de modo a não por em perigo o nosso já frágil ecossistema.

Produção e saúde animal

55. A pecuária é a actividade mais praticada pelas famílias agrícolas (92%). Ela complementa e integra à produção vegetal e representa uma componente importante de renda e meio de existência das famílias rurais. O sector fornece a quase totalidade do consumo actual em carne (13,5 kg/hab/ano). O efectivo se concentra nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. É constituído por animais bem adaptados e de uma grande

variedade genética mas pouco produtivos. Constatase ainda o desconhecimento do potencial genético real destes animais por falta de recursos humanos especializados no domínio apesar da existência de algumas intervenções na selecção e no melhoramento genético de algumas espécies nomeadamente o caprino e o porcino.

56. Ao longo dos anos não houve uma mudança significativa no perfil da criação/produção de animais. Vários obstáculos se encontram na base desta situação, a saber: (i) a forte concorrência dos produtos importados que bloqueiem a iniciativa de produção nacional; (ii) a importação directa ou indirecta de todos os factores de produção (iii) as más condições sanitárias e a qualidade dos produtos resultantes da falta de regulamentação, regulação, normalização e de controlo. O défice forrageiro estrutural, mesmo em anos de pluviometria "normal", e o desequilíbrio entre o efectivo animal e a capacidade de carga constituem outros constrangimentos importantes do sector pecuário. Com efeito, em ano de seca, a taxa de cobertura das necessidades é da ordem dos 30%.

57. Relativamente à saúde animal, as principais doenças que afectam o efectivo são a *Peste Suína Africana*, a doença de *Newcastle*, alguns parasitas internos e algumas doenças bacterianas como *tuberculose* e *brucelose*. Verifica-se também algumas patologias ligada à insuficiência nutricional principalmente nos anos de seca e de penúria de pastagem. Também, a situação zoo-sanitária do país continua pouco conhecida, devido à falta de recursos humanos para dar uma cobertura satisfatória a todo o território nacional e a ausência de estruturas de diagnóstico complementar.

58. Nos próximos anos, o Governo visa diversificar o sector da pecuária; melhorar as raças, através da inseminação artificial das principais espécies; e aumentar a produção de pasto para a melhoria da alimentação do gado. As acções incidir-se-ão sobre: apoio à produção de alimentos para animais (pastagens, forragens e outros) e sua valorização; promoção de abrigos melhorados; campanhas de vacinação e de vigilância epidemiológica.

Florestação

59. O sector florestal cresceu significativamente depois da independência. Os esforços de reflorestação empreendidas, a partir de 1975, particularmente com apoio da FAO e de outros parceiros, tiveram como resultado o aumento da superfície florestal plantada de 3000 ha para 83.975 ha actuais correspondente a uma cobertura florestal nacional de 21,07% do território nacional, constituídas sobretudo de *Prosopis juliflora*, *Parkinsonia aculeata* e diversas *Acaciae*. As acções de reflorestação tiveram igualmente efeito/impacto no desenvolvimento da avifauna nacional nomeadamente com a preservação e conservação de várias espécies.

60. Entretanto, as áreas florestadas estão localizadas nas zonas escolhidas em função de critérios técnicos e da disponibilidade de mão-de-obra, sem ter em consideração o aspecto fundiário (propriedades privados ou do estado). Este procedimento cria problemas ligados à exploração das plantações adultas, realizadas pelo Estado nas terras privadas com o objectivo de preservar o ambiente. O défice em lenha para combustível e madeira para construção é importante. A produção anual de produtos lenhosos foram estimados em 84.260 m3 (PAFN 2001), dos quais só 28 m3 representam a madeira para construção. Os potenciais de produtos lenhosos e não lenhosos são desconhecidos devido à falta de instrumentos de inventário e planeamento. Para colmatar esta situação, a Direcção de Serviços da Silvicultura está levando a cabo o inventário florestal, cujos primeiros resultados estão sintetizados num documento (*draft*) que foi objecto de apresentação pública.

61. A promoção da gestão durável das florestas, com objectivos multifuncionais (económico, social e ambiental), será conseguida através do apoio à elaboração e a implementação dos planos de gestão das zonas florestadas; apoio às comunidades para a gestão das zonas florestadas; reflorestação das terras degradadas; redução de riscos de incêndios florestais; etc.

Pesca e aquacultura

62. A pesca ocupa um importante papel na economia e na segurança alimentar nacional. O pescado constitui o único produto de exportação do sector da agricultura no sentido lato. O volume das exportações tem aumentado consideravelmente a partir de 2004. Também, ela desempenha um importante papel na alimentação das populações fornecendo 65% do total da produção do pescado consumido quase que exclusivamente de forma fresca. A pesca é exercida numa zona económica exclusiva de 734.265 Km², e possui um potencial importante de crescimento apesar da pequenez da plataforma continental. O potencial haliêutico ronda os 36.000 toneladas e apenas uma parte do mesmo vem sendo explorado por uma frota nacional (artesanal e industrial) e estrangeira. Entretanto, certas espécies, nomeadamente a lagosta, foram diagnosticadas como plenamente exploradas ou mesmo sobre exploradas.

63. A pesca artesanal, caracterizada pela utilização de meios de produção pouco sofisticados e baixo volume de investimentos, é uma actividade importante no arquipélago, envolvendo uma parcela significativa da força de trabalho. Durante o período 1994 - 2006, as capturas da pesca artesanal representavam 59% da captura total, contra 41% para a pesca industrial. As principais espécies são os pequenos e grandes pelágicos (que representam 75% das capturas) e os demersais. A pesca industrial está concentrada nas ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago. A frota industrial é composta por cerca de 60 barcos. A partir de 2002, foi renovada com a introdução de 10 barcos de atum, de 26 metros. Espécies capturadas são pequenos pelágicos (73%), atum (35%) e lagostas (1%) para uma captura total de 4048 toneladas em 2006

64. Esforços vêm sendo feitos pelo Governo nos vários domínios nomeadamente, motorização, construção de infra-estruturas de frio e de desembarque, introdução de novas embarcações, implementação de um sistema de controlo e de inspecção dos produtos da pesca. Com vista a fazer face à problemática de diminuição de capturas, na pesca artesanal, a FAO vem apoiando o Governo na implantação de uma rede de

Dispositivos de Concentração de Peixe (DCP) nas ilhas de Santiago, Fogo, Maio, S. Vicente e Santo Antão. Neste momento foram já construídos 110 e instalados 86 DCP(s), em plena concertação e colaboração com as comunidades piscatórias envolvidas.

65. Entretanto, o sector continua a confrontar-se com várias limitações: uma infra-estrutura inadequada; os baixos níveis de educação dos pescadores; o acesso limitado ao crédito; a fraca capacidade institucional; o deficiente controlo e vigilância da ZEE. Para enfrentar estes desafios o acento será posto na melhoria das infraestruturas de pescas, aumento das capturas, a transformação dos produtos da pesca e implementação de mecanismos institucionais para uma melhor gestão dos recursos haliêuticos.

66. O desenvolvimento da aquacultura aparece como uma nova oportunidade de negócio na área das pescas. Este sub-sector tornou-se prioridade para o Governo que, com apoio da FAO (assistência técnica e financeira), em 2010, elaborou e aprovou um quadro estratégico para o desenvolvimento da aquacultura em Cabo Verde permitindo estabelecer as oportunidades e definir os objectivos de desenvolvimento, entre outros. Neste momento, encontra-se em curso a implementação de um projecto “Planeamento e pilotagem do sector da aquacultura em Cabo Verde”, apoiado pela FAO, que permitirá elaborar as estratégias de desenvolvimento aquícola permitindo de erigir um esquema de desenvolvimento do sub-sector. Em termos de acções concretas, entre outras, serão formados quadros nacionais (dos sectores público e privado) e instalados três unidades pilotos.

Transformação agro-alimentar

67. Apesar da existência de uma tradição de transformação artesanal de alguns produtos agro-pecuários (carnes e de leite) reconhecida e de um mercado potencial para o escoamento dos produtos derivados, a actividade de transformação de alimentos contínua incipiente, de reduzida capacidade e pouco diversificada, em parte devido à fraca e insuficiente produção interna. Uma proporção importante da produção de sequeiro e pecuária é

auto-consumida. A produção hortícola na sua maioria é comercializada. Só uma pequena parte da produção pecuária é transformada. Quanto aos produtos pesqueiros, também só uma parte é transformada a nível local.

68. De uma maneira geral, os principais constrangimentos deste sub-sector resumem-se : (i) fraco nível de instrução dos produtores e conhecimentos técnicos insuficientes; (ii) fraca capacidade de investimento produtivo dos produtores e acesso limitado ao crédito; (iii) não existência de normas de produção e de controlo de qualidade dos produtos fabricados localmente; (iv) assistência técnica insuficiente; e (v) fraca qualidade dos produtos colocados no mercado devido à falta de higiene na produção e na comercialização; (vi) fraca organização e integração comercial e profissional (que condiciona fortemente a capacidade de desenvolvimento e inovação); (vii) elevados custos de produção; (viii) existência de recursos humanos pouco qualificados.

69. Embora, actualmente, a transformação agro-alimentar não tenha grande importância, pelo menos directamente, na segurança alimentar das populações, ela poderá vir a assumir-se como um domínio importante na economia nacional com o aumento da produção. Para o efeito, as condições de higiene bem como as tecnologias devem ser melhoradas. No geral, as intervenções devem ser planificadas e implementadas conjuntamente com todos os intervenientes aplicando uma metodologia apta para a análise e desenvolvimento de cadeias de valores. Com o apoio da FAO, está sendo desenvolvido esforços no sentido de estabelecimento e operacionalização de uma unidade de Agro-negócios.

Segurança sanitária dos alimentos

70. A adesão de Cabo Verde à OMC exige que o país se adequa às normas, aos princípios e aos acordos dessa instituição particularmente ao acordo SPS e aos regulamentos e procedimentos associados. Também, o sector agrícola deve dotar-se de instrumentos que estejam em conformidade com a segurança sanitária que lhe permitam melhor levar a cabo os controlos nas fronteiras e no território nacional em benefício das

produções vegetal e animal e dos alimentos aproveitando a oportunidade de desenvolvimento turístico para aumentar a produção agrícola, reforçar as trocas regionais e reduzir a pobreza sobretudo no meio rural.

71. Um estudo diagnóstico (*Avaliação do quadro jurídico, institucional e as capacidades de controlo de Cabo Verde em conformidade com o Acordo SPS*), solicitado pelo governo e elaborado pela FAO em Julho de 2008, ressaltou os constrangimentos seguintes: (i) a inadequação do quadro jurídico relativo ao acordo SPS; (ii) a ineficácia do quadro institucional; e (iii) a fraqueza geral das capacidades de controlo. Conclui-se que esta situação foi consequência de uma longa ausência de aplicação dos textos jurídicos, de uma insuficiência de precisões e de seguimento quanto aos objectivos definidos para os serviços de controlo, de uma falta de recursos sobretudo humanos (em efectivo e qualificações) e de capacidades de análise.

72. No plano institucional foi criada a Agência de Regulação dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), que é a mais alta instituição responsável pela fiscalização e controlo da segurança, higiene, salubridade, conformidade e qualidade dos produtos farmacêuticos e agro-alimentares, da pesca e dos alimentos para animais. Esta instituição encontra-se na fase de implementação de estratégias delineadas que visam melhorar a situação actual em termos de garantia da qualidade dos alimentos e da água e de estabelecer a base para um sistema nacional de segurança sanitária de alimentos funcional e operacional. Recentemente foi criado pelo Governo o Instituto da Gestão da Qualidade o qual deverá assumir a parte executiva referente ao Sistema Nacional de Qualidade que está presentemente sob a responsabilidade coordenativa da ARFA. Com vista a assistir as autoridades sanitárias na consolidação e coordenação do sistema, a FAO, em concertação com a OMS, UNIDO e outras instituições nacionais concernentes, elaborou um documento de projecto destinado a um “Joint Programme” que está em fase de apreciação. Neste momento, Cabo Verde é um dos países beneficiários do programa qualidade para a África Ocidental, financiado pela União Europeia.

Extensão rural

73. A extensão rural adquiriu novos contornos e pela sua importância na transformação da agricultura cabo-verdiana, uma nova abordagem nesta área passou a ser uma das prioridades no sector agrícola. Do ponto de vista de capacitação tecnológica dos agricultores, a abordagem até a presente utilizada, apesar de ganhos conseguidos, tem mostrado os seus limites pelo fraco apoio prestado aos agricultores devido ao número reduzido de agentes extensionistas, mal equipados e pouco motivados. “A extensão, a assistência técnica, o acesso aos factores de produção, incluindo a água e a energia, a divulgação de novas práticas de produção, o apoio da investigação estão bem aquém das necessidades e solicitação dos produtores (...)”³

74. O Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) mostrou-se particularmente interessado na introdução de uma nova abordagem apelidada de Campo Escola dos Produtores (CEP⁴), enquanto modelo alternativo de formação, de apoio e aconselhamento aos agricultores. A FAO, no quadro do projecto GCP/CVI/039/SPA, apoiou a formação dos quadros e técnicos nacionais. Propõe-se a implementação entre 14 a 16 CEP repartidos entre 3 a 4 ilhas tendo em consideração a diversidade agrícola nacional.

Aspectos institucionais e normativos

75. O MDR, enquanto instituição competente para implementar políticas públicas nos sectores da agricultura e segurança alimentar, comporta grandes fraquezas, constrangimentos institucionais e estruturais susceptíveis de dificultar a implementação dos diferentes instrumentos de desenvolvimento sectorial, conforme os resultados duma análise institucional feita em 2009 do

^{3/} Projecto de reforço institucional elaborado com apoio técnico e financeiro da FAO

^{4/} Campo Escola dos Produtores (CEP) – define-se como sendo um modelo participativo de aprendizagem que se baseia não só na formação dos agricultores, mas sobretudo no reforço das suas capacidades na tomada das decisões em relação à gestão integrada das suas parcelas, utilizando técnicas de aprendizagem desenvolvidas para a educação não formal dos adultos.

então do MADRRM no âmbito da elaboração dum documento de projecto “Desenvolvimento institucional do MADRRM”.

76. Neste contexto, com vista a reforçar a capacidade do MDR em assegurar a coordenação da implementação das novas políticas delineadas visando acelerar o crescimento dos sectores agrícola e da pesca, vários desafios precisam ser enfrentados e ultrapassados, nomeadamente, (i) a reestruturação orgânica do Ministério do Desenvolvimento Rural cuja reflexão se encontra em curso; (ii) o reforço do sistema de seguimento e avaliação (incluindo as estatísticas agrícolas); (iii) o reforço dos recursos humanos aumentando as suas capacidades profissionais nas áreas de extensão, agro-negócios e seguimento e avaliação, entre outras, e elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos humanos; (iv) as reformas transversais particularmente nos aspectos fundiários, integração das questões do género, acesso ao crédito agrícola, etc. (v) a actualização das políticas e estratégias sectoriais bem como a operacionalização do PNIA em projectos/programas de investimento.

Recursos naturais, ambiente e mudanças climáticas

77. O ambiente cabo-verdiano é caracterizado essencialmente por um desequilíbrio ecológico originado pela degradação da estrutura dos solos e a destruição do coberto vegetal. A conjugação da seca, a erosão eólica e hídrica e a pressão dos homens e do gado tem um impacto severo sobre as potencialidades em recursos naturais e sobre sua exploração. A escassez dos recursos naturais disponíveis levam a considerar como primordial e urgente as acções preconizadas com vista a sua preservação e sua exploração racional.

78. É reconhecido que Cabo Verde possui um património natural muito diversificado do ponto de vista da flora, da fauna e da biodiversidade marinha. Este constitui a base das principais actividades agrícolas e piscatórias e mais recentemente da oferta turística agro-ecológica. A perda de biodiversidade é um problema com relevância a nível do país, pelo que a inversão desta tendência carece, necessariamente, de uma abordagem

holística e de um conjunto de respostas concertadas entre os diversos sectores. Ao longo dos últimos anos tem-se registado um incremento na superfície do território nacional abrangido por áreas protegidas e respectivos planos de gestão o que permitirá uma maior articulação das políticas de conservação dos recursos naturais e da biodiversidade com as políticas agrícolas florestais e de desenvolvimento económico.

79. Os efeitos das mudanças climáticas já se fazem sentir em Cabo Verde. Com efeito, o país tem sido afectado por secas cíclicas que têm representado ameaças à agricultura e à segurança alimentar das populações particularmente as mais vulneráveis. Igualmente, as grandes cheias e inundações ocorridas durante o ano 2009, devido às precipitações anormais verificadas, sobretudo na ilha de S. Nicolau, causaram danos materiais e prejuízos económicos enormes cujas consequências continuam sendo, ainda hoje, sentidas. Assim, esses impactos potenciais devem ser considerados em qualquer política de desenvolvimento sustentável.

3.2.3 Segurança alimentar e nutricional

80. A produção agrícola nacional é, de uma forma geral, bastante insuficiente para as necessidades alimentares do país. A oferta de produtos alimentares básicos é assegurada maioritariamente pela importação e ajuda alimentar (quase 80% dos alimentos são importados). Entretanto, a problemática da segurança alimentar se coloca prioritariamente em termos de acessibilidade das populações mais pobres aos alimentos. A pobreza e a insegurança alimentar estão relacionadas, e as famílias de baixo nível de renda vêm condicionadas as possibilidades de acesso aos produtos alimentares essenciais. Os efeitos da pobreza fazem-se sentir também sobre o estado nutricional das crianças: 14,5% das crianças sofrem de malnutrição crónica e 6,4% de malnutrição aguda. (INE-QUIBB 2006). Ainda mais, certas crianças apresentam carências de micronutrientes, nomeadamente o ferro (52,1% de crianças de menos de 5 anos sofrendo de anemia ferripriva em 2005) e a vitamina A.

81. A nível institucional, o Programa Nacional de Segurança Alimentar (2007-2011) encontra-se no fim de sua execução, necessitando ser avaliado e actualizado. Neste momento, o país não dispõe de instrumentos jurídicos que prevêm uma alimentação adequada como direito dos cidadãos e garantindo a soberania alimentar. Também, o país ambiciona munir-se de um sistema de alerta rápido, mais eficiente e eficaz, capaz de fornecer informações contínuas sobre as condições da segurança alimentar das populações e os factores que a influenciam.

82. No plano nutricional, é reconhecida a falta de diversificação alimentar e fracos conhecimentos em nutrição. Pois, segundo o documento do Programa Conjunto das NU -Apoio à segurança alimentar e a nutrição escolar- “ a população de Cabo Verde faz face a um aumento de doenças não transmissíveis, e continua expostos à carências em micronutrientes e a malnutrição crónica devido à falta de diversidade alimentar. As famílias cabo-verdianas possuem falta de conhecimentos sobre a nutrição e as práticas de higiene continuam inadequadas. A educação nutricional nas escolas e centros de saúde é muito limitado ou quase inexistente”.

4. INTERVENÇÕES/PRIORIDADES DE OUTROS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO RELATIVAMENTE À AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

4.1 Resumo das intervenções passadas (2005-2010)

83. A análise dos PIP dos sectores da agricultura, ambiente e pescas, de 2005 à 2010, permite retratar, paralelamente aos esforços do Governo. o nível de contribuição dos outros parceiros de desenvolvimento (sem FAO) ao longo dos anos em termos de volume investimentos por sector prioritário de intervenção. O grosso do financiamento da agricultura, pescas e ambiente provêm dos parceiros bilaterais, ou seja, 82,3% e os restantes 17,7% são constituídos por financiamento multilateral (quadro 1). Os principais parceiros bilaterais de Cabo Verde nos sectores da agricultura e segurança alimentar são a Holanda, o Japão, os Estados Unidos (incluindo o MCA), a Alemanha, o Luxemburgo, a Espanha e a

Áustria, cujas contribuições representam, em conjunto, mais de 40% do financiamento total. O esforço do Governo, eleva-se a 32,53% do total. É de realçar que apoios financeiros pontuais foram dados por outros parceiros bilaterais, nomeadamente a China, França, Portugal e outros.

Quadro 1
Repartição da contribuição dos parceiros de desenvolvimento ao financiamento do PIP 2005-2010 por sector (%)

Parceiros de desenvolvimento	Agricultura	Ambiente	Pescas	Total
Governo	36,3	15,2	46,6	32,5
Holanda	11,5	51,8	3,6	19,7
Japão	10,0	0,0	20,2	8,6
Alemanha	4,7	0,0	0,0	3,4
Luxemburgo	3,7	0,3	0,0	2,7
Áustria	2,5	1,0	0,0	2,0
Espanha	1,2	1,0	6,4	1,6
EUA	6,4	0,0	0,0	4,5
MCA	7,6	0,0	0,0	5,3
Outros	2,4	1,2	2,5	2,1
Bilateral	86,3	70,6	79,2	82,3
BAD	5,4	0,0	4,9	4,2
BADEA	3,7	0,0	0,0	2,6
União Europeia	4,1	0,0	15,4	4,1
SNU	0,1	29,3	0,0	6,4
Outros	0,5	0,2	0,5	0,4
Multilateral	13,7	29,4	20,8	17,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado do PIP 2005-2010 (DNP)

84. Dos parceiros multilaterais os mais importantes são o BAD/BADEA (6,8%), o SNU (6,4%) e a União Europeia (4,1%). Os Estados Unidos (incluindo o MCA), o BAD/BADEA, a Holanda e o Japão foram dos

maiores financiadores do sector agrícola. Enquanto que o grosso do financiamento dos programas de desenvolvimento ambiental provieram da Holanda e do Sistema das Nações Unidas, representado estes em conjunto mais de 80% do financiamento total do sector. O sector das pescas foi financiado, quase que exclusivamente, pela União Europeia, Japão e Espanha que constituem parceiros tradicionais deste sector.

Quadro 2

Síntese das áreas prioritárias de intervenção de cada parceiro (PIP 2005-2010)

Fonte: Adaptado do PIP 2005-2010 (DNP)

Parceiro	Áreas prioritárias de intervenção
Bilateral	
Alemanha	Agricultura de sequeiro/florestação
Áustria	Agricultura de sequeiro, diversificação de culturas e bacias hidrográficas
Espanha	Pesca artesanal e melhoria da qualidade dos produtos da pesca, controlo de qualidade, investigação e conservação da biodiversidade marinha. Melhoria dos sistemas de produção dos produtores. Bacias hidrográficas de Santiago e de Cidade Velha. Abastecimento de água ao meio rural
Holanda	Ambiente, Agricultura, (modernização da produção agrícola do regadio e do sequeiro), Florestas
Japão	Massificação do sistema de rega/aeroponia/hidroponia, modernização da produção agrícola. Apoio institucional às pescas. Abastecimento de água ao meio rural de Santiago.
Luxemburgo	Abastecimento de água ao meio rural
MCA	Agricultura irrigada, investigação e extensão, transformação agro-pecuária, crédito agrícola.
Multilateral	
BAD	Bacias hidrográficas
BADEA	Bacias hidrográficas
SNU	Ambiente e prevenção/respostas a desastres naturais
União Europeia	Agricultura irrigada, investigação e extensão, transformação agro-pecuária, crédito agrícola (Programa regional solar).

85. As áreas prioritárias de intervenção de cada parceiro de desenvolvimento estão sintetizadas no quadro 2. O mesmo mostra que a prioridade da Holanda foi para os sub-sectores ambiente, florestação e recursos hídricos; Japão para os recursos hídricos, agricultura irrigada, florestação e pescas; os Estados Unidos para a gestão de terra e água, e florestação; a União Europeia, deu prioridades aos recursos hídricos, pescas e agricultura irrigada; SNU, o ambiente; BAD/BADEA, gestão de terra e água e recursos hídricos.

5. PROPOSTA DE PROGRAMA DE PRIORIDADES

5.1 Resumo da assistência da FAO em Cabo Verde numa perspectiva histórica

86. Cabo Verde tornou-se num país independente em 1975, num ambiente de dificuldades caracterizado por escassez de recursos naturais, grandes fragilidades ecológicas e com uma base produtiva agrícola fraca que pudesse garantir uma segurança alimentar e rendimento estável às suas populações. A cooperação FAO - Cabo Verde, foi encetada desde essa altura, com a entrada de Cabo Verde nessa Organização como Estado membro, particularmente no domínio relacionado com acções de urgência para atenuar os efeitos negativos decorrentes da seca e desertificação que vinha flagelando o país desde a década de 1960 e com mais incidência nos inícios da década de 1970. As referências documentais existentes atestam a execução de acções da FAO, em termos de estudos e projectos, logo após a independência, nas áreas da agricultura, pescas, segurança alimentar, florestas, etc. A partir dos anos 80, as intervenções da FAO estenderam-se, praticamente, a todas as áreas relacionadas com a agricultura e desenvolvimento rural, porém, os impactos mais importantes foram obtidos nos domínios das políticas agrícolas e reforço institucional, da florestação, da produção hortícola e micro-irrigação, da segurança alimentar, e em certa medida, no sub-sector da pesca artesanal.

87. Com efeito, para eliminar/atenuar os constrangimentos/fraquezas vários com que o país é confrontado e desenvolver os diferentes sectores da agricultura e da pesca, a FAO engajou-se no apoio à Cabo Verde na elaboração dos principais instrumentos de política para o desenvolvimento do sector e para a instalação de alguns serviços indispensáveis ao desenvolvimento rural. Estes instrumentos de reforço institucional constituíram elementos de orientação fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e das pescas no país, sendo os mais visíveis e actuais, entre outros, o Plano de Acção Florestal Nacional, o Plano de Desenvolvimento da Irrigação, o Plano de Desenvolvimento da Horticultura, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura (PEDA) no horizonte 2015

e o Plano de Acção 2005-2008; os Planos de Acção Regionais de Desenvolvimento Agrícola para Santiago, Santo Antão, Fogo e S. Nicolau (PADA) para o horizonte 2009-2012; o Programa Nacional da Segurança Alimentar (PNSA) 2007-2011; o Quadro Estratégico para a Aquacultura e Maricultura em Cabo Verde (2010); e o Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) 2011 - 2015.

88. As contribuições da FAO foram significativas e importantes para o crescimento do sub-sector hortícola nacional, pois permitiram um aumento substancial da produção de legumes frescos (de 5000 toneladas/ano em 1991 para 18 000 toneladas/ano em 2000) e uma estabilização de preços no mercado dos mesmos, através de introdução e adopção do sistema de micro-irrigação gota-à-gota; da reconversão da agricultura pluvial com a introdução de um pacote tecnológico sobre a horticultura pluvial; da produção e introdução de diferentes pacotes tecnológicos; e da implementação de um sistema de seguimento de preços nos mercados produtor e consumidor. É de ressaltar que no sub-sector florestal, os esforços de reflorestação empreendidos tiveram como resultado o aumento da superfície florestal plantada a 83.975 ha, correspondente a uma cobertura florestal nacional de 21,07% do território nacional, aliado ao estabelecimento de um pacote técnico sobre as actividades florestais para as condições específicas de Cabo Verde, e a formação e capacitação de vários quadros nacionais nos domínios da planificação e gestão florestais.

89. No domínio da pecuária, os resultados e efeitos decorrentes das intervenções são visíveis nomeadamente através do existência de um serviço da pecuária consolidado, assistência veterinária, assistência legislativas, introdução e adaptação de raças melhoradas de bovinos, caprinos e coelhos nas zonas de intervenção e formação sobre a inspecção de alimentos de origem animal.

90. As intervenções da FAO no sector das pescas concentraram-se nas componentes importantes, tais como: (i) apoio ao reforço institucional e, (ii) promoção da pesca artesanal. No que concerne as intervenções de apoio ao reforço institucional, merece realce o Programa de Desenvolvimento da

Pesca Artesanal (PDPA) e a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP).

5.2 Resumo da assistência recente da FAO à Cabo Verde

Programas/ projectos executados de 2005-2010

91. Ao longo do período 2005 a 2010, as intervenções da FAO, traduziram-se na implementação de mais de 23 projectos nacionais nos sectores da agricultura, pescas e segurança alimentar, sendo 18 já concluídos e 5 em execução. Também, é de realçar a execução de projectos de carácter regional e internacional financiados por alguns países parceiros da FAO. Observa-se que muitos dos programas/projectos executados pela FAO tiveram intervenção, não num único, mas em vários domínios de actividade. Todavia, procurou-se realçar o domínio prioritário.

Quadro 3

Projectos FAO (2005-2010) – Volume financeiro por sector e fonte de financiamento (em USD '000)

Tema	SPFP	TCP	TFD	UTF	OSRO	Gastos totais	Número de projectos	%
Apoio institucional		1.219				1.219	7	30,6
Produção vegetal e animal	977			984		1.961	2	49,2
Segurança alimentar e nutricional			55			55	7	1,3
Emergência		250			500	750	2	18,9
Total	977	1.469	55	984	500	3.985	18	100
Número de projectos	1	5	1	1	1			

Fonte: Representação da FAO (Adaptado do FPMIS)

Do total dos 18 projectos realizados (ver detalhes no quadro em anexo 4), oito foram financiados directamente pelos fundos TCP, sete através do Telefood (TFD) e os restantes por outras fontes de financiamento

nomeadamente SPFP, UTF e OSRO (quadro 3). Porém, do montante de financiamento dos projectos, num total de 3.984.036 USD, 36,9% proveio do TCP seguindo-se-lhe UTF (24,7%), SPFP (24,5%) e OSRO (12,6%). O sector agrícola absorveu a totalidade dos fundos TCP enquanto que os outros fundos foram canalizados na globalidade para os projectos do sector da segurança alimentar.

Quadro 4

Projectos FAO (2005-2010) - Volume financeiro por domínio/tema e fonte de financiamento (em USD '000)

Sector	SPFP	TCP	TFD	UTF	OSRO	Gastos totais	Número de projectos
Agricultura		1.469				1.469	8
Segurança alimentar	977		55	984	500	2.515	10
Total	977	1.469	55	984	500	3.984	18
Número de projectos	1	8	7	1	1		
%	24,5	36,9	1,3	24,7	12,6		100

Fonte: Representação da FAO (adaptado do FPMIS)

92. Por domínio/tema (quadro 4), a produção vegetal e animal absorveu 49,2% do financiamento total proveniente dos fundos UTF e SPFP. O apoio e o reforço institucional foi financiado integralmente com os fundos TCP a altura de 30,6% do total do financiamento. Enquanto que aos projectos de emergência foram afectados 18,9% do montante global de financiamento através de fundos OSRO e TCP.

Programas e projectos em curso (2011)

93. A carteira actual de projectos da FAO (Julho de 2011), em Cabo Verde, resume-se a 5 projectos (ver detalhes no quadro em anexo 5), num valor total estimado em 8.035.212 USD (quadro 5 abaixo). Os projectos são financiados em grande proporção pelos fundos do SNU (63,2%) Por sector de actividade, a segurança alimentar ressalta-se como sector com

maior volume de financiamento, ou seja, 54,4% do total, seguido da agricultura (26,6%) e das pescas (20%).

Quadro 5

Projectos FAO (2011)- Volume financeiro por sector e fonte de financiamento (em USD '000)

Sector	GCP	TCP	UNJP	Gastos totais	Número de projectos
Agricultura	2.134			2.134	1
Pescas		499	1.096	1.595	2
Segurança alimentar		326	3.980	4.306	2
Total	2.134	825	5.076	8.035	5
Número de projectos	1	2	2		
%	26,6	11,2	63,2	100	

Fonte: Representação da FAO (adaptado do FPMIS)

94. O apoio recente da FAO foi destinado á vários subsectores /temas, como se pode ver pelo quadro 6. Assim, por domínio de intervenção, constata-se uma maior concentração do volume de financiamento na segurança alimentar e nutricional (49,5%), seguida da produção vegetal (26,6%), produção Haliêutica (12,7%) e apoio institucional (11,2%).

Projectos em carteira

95. Paralelamente aos projectos actualmente em curso, estão identificados projectos/ideias de projectos que se encontram em diferentes fases de maturidade (ver detalhes no quadro em anexo 6). Os projectos solicitados e intervenções identificadas para os próximos anos incidem sobre vários sectores/subsectores/domínios prioritários, nomeadamente: produção vegetal, florestas, pescas, questões fundiárias, cadeia de valor (transformação agro-industrial) e segurança sanitária dos alimentos. Embora o Ministério responsável para a área da agricultura e o desenvolvimento rural continue a ser o principal parceiro da FAO no sector público, a FAO tem vindo a estabelecer parcerias com outros Ministérios, em particular para a concepção e implementação de outras estratégias

nacionais de desenvolvimento (e.g. Aquacultura, Cantinas Escolares, etc.). Parcerias alargadas semelhantes terão de ser constituídas na área da gestão dos recursos naturais, envolvendo várias entidades dos sectores público e privado, ONGs, organizações comunitárias de base e organizações da sociedade civil. Este reposicionamento deverá resultar em sinergias mais produtivas e efectivas para promover o desenvolvimento e garantir a segurança alimentar.

Quadro 6

Projectos FAO (2011) - Volume financeiro por domínio/tema e fonte de financiamento (em USD '000)

Tema	GCP	TCP	UNJP	Gastos totais	Número de projectos	%
Apoio institucional		825		825	2	11,2
Produção vegetal e animal	2.134			2.134	1	26,6
Produção haliêutica			1.096	1.096	1	12,7
Segurança alimentar e nutricional			3.980	3.980	1	49,5
Total	2.134	825	4.306	8.035	5	100

Fonte: Representação da FAO (Adaptado do FPMIS)

5.3 Áreas prioritárias identificadas para a colaboração da FAO com o Governo

96. As intervenções futuras da FAO se enquadram nos eixos estratégicos e programas prioritários identificados no PEDA e PNIA, e tomam em consideração as vantagens comparativas da FAO que decorrem do seu mandato e dos programas conjuntos a desenvolver com outros parceiros e em particular com as agências do SNU (ver anexo 1). As actividades prioritárias identificadas cobrem todo o sector agrícola (sentido lato) e pescas e tomam em consideração os domínios transversais como o reforço institucional, a pesquisa aplicada e vulgarização agrícola, assim como

integram as dimensões género, ambientais e sociais (HIV/SIDA). Essas estão alinhadas, na matriz das intervenções a médio prazo da FAO em Cabo Verde (ver anexo 2) e se articulam em torno dos objectivos seguintes:

- melhorar a disponibilidade de alimentos ao nível nacional em função de aumentos da produção e da produtividade;
- melhorar o acesso aos alimentos em função de desenvolvimento de mercados agrícolas, comércio e agro-processamento;
- estabilizar a oferta de alimentos em função de uma melhor gestão dos riscos associados às calamidades;
- reforçar os programas de segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares através de uma melhor utilização dos alimentos e do direito à uma alimentação segura;
- apoiar institucionalmente os sectores público e privados em temas transversais relevantes para os sectores da agricultura, gestão dos recursos naturais, desenvolvimento rural e segurança alimentar.

As actividades prioritárias estão estruturadas em volta dos sub-programas/componentes do PNIA abaixo descritos. i) desenvolvimento das fileiras agrícolas e promoção do acesso ao mercado que inclui igualmente as componentes melhoria da gestão de outros recursos naturais, valorização dos produtos agrícolas bem como a difusão de tecnologias melhoradas; ii) prevenção e gestão de crises alimentares e outros desastres naturais; e iii) reforço das capacidades políticas, institucionais e normativas.

Desenvolvimento de fileiras agrícolas e promoção do acesso ao mercado

97. Esta componente integra as actividades prioritárias estruturadas em torno dos subsectores e temas ligadas à produção agrícola e protecção vegetal, irrigação e gestão da água, produção animal e saúde animal, extensão rural, terras, florestas e pescas. Segundo o PNIA, o desafio da agricultura nacional é de conseguir uma melhor utilização e valorização

dos recursos hídricos a serem mobilizados com vista ao aumento da produtividade e da produção o que poderá engendrar a geração de excedentes de produção, assim como perdas de pós-colheita considerável e/ou baixa de preços. Os objectivos visados consistem em aumentar a disponibilidade dos alimentos, e também melhorar o acesso à alimentos em função do desenvolvimento de mercados agrícolas, comércio e transformação agro-industrial. Para o efeito, pretende-se assegurar aos produtores: i) um melhor acesso aos insumos de qualidade; ii) um melhor acesso às tecnologias de conservação, de estocagem e transformação de produtos que contribuem a acrescentar valor aos produtos primários e oferecer igualmente oportunidades de emprego e de renda rural; iii) um melhor acesso aos mercados transparentes; iv) uma intensificação e uma diversificação conseguida das culturas pluviais complementadas por um apoio à pecuária familiar melhorada e a silvicultura; v) um melhor acesso aos serviços essenciais de apoio ao desenvolvimento das fileiras e à organização dos seus actores através, entre outros, da via do empreendedorismo rural, nomeadamente em termos de formação, acesso aos mercados e aos serviços comerciais.

Prevenção e gestão das crises alimentares e outros desastres naturais

98. Em Cabo Verde, a problemática da segurança alimentar se coloca prioritariamente em termos de acessibilidade das populações mais pobres aos alimentos. A pobreza e a insegurança alimentar estão relacionadas, e as famílias de baixo nível de renda vêm condicionadas as possibilidades de acesso aos produtos alimentares essenciais. O objectivo deste programa consiste em: (i) reorganizar o sistema de vigilância da segurança alimentar e nutricional, de modo a assegurar o acompanhamento e avaliação permanentes das necessidades; (ii) implementar e reforçar os mecanismos de antecipação e de gestão de crises; (iii) e de assegurar o direito à alimentação para todos.

99. Em 2004, o Governo adoptou a Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar (2007-2011) que prevê um conjunto de estratégias e arranjos institucionais para prevenir as crises alimentares, gerir e investir na

reabilitação das zonas afectadas pelos desastres naturais. Neste momento, o país não dispõe de instrumentos jurídicos que prevêm uma alimentação adequada como direito dos cidadãos e garantindo a soberania alimentar. Assim, pretende-se: a promoção do direito à alimentação adequada dos cidadãos nomeadamente integrando o direito à alimentação na legislação nacional; a implementação de principais mecanismos de acesso à uma alimentação adequada para todos; a sensibilização dos actores públicos e privados sobre o direito à alimentação e os regulamentos nacionais na matéria; a promoção de acções de advocacia para a implementação das estratégias nacionais de segurança alimentar e promoção de boas práticas em matéria de segurança alimentar e nutricional.

100. Cabo Verde também ambiciona se dotar de um sistema de alerta rápida capaz de fornecer as informações contínuas sobre as condições da segurança alimentar das populações e os factores que a influenciam. Este sistema deverá contribuir para uma melhor coordenação, articulação e seguimento das acções previstas e implementadas por todos os actores no domínio da nutrição e segurança alimentar.

101. A mudança climática é uma realidade e os seus efeitos já se fazem sentir em Cabo Verde. O aumento da temperatura, a mudança do regime pluviométrico ou as variações de correntes e temperaturas dos oceanos podem ter impactos graves sobre as actividades agrícolas, os stocks halieúticos e o turismo. Assim, devem ser promovidos estudos de cenários de impactos climáticos na agricultura e segurança alimentar com vista a elaboração e adopção de estratégias consistentes de adaptação à mudanças climáticas.

Reforço das capacidades políticas, institucionais e normativas

102. Para assegurar uma coordenação eficaz da implementação do PNIA, os desafios a ultrapassar consistem nos seguintes: (i) reforçar o sistema de seguimento e avaliação incluindo às estatísticas agrícolas; (ii) reforçar as capacidades do MDR em recursos humanos e técnicos; (iii) apoio na elaboração e actualização de documentos de políticas agrícolas e outros

estudos e pesquisas considerados pertinentes. O objectivo é de reforçar as capacidades das instituições (públicas, privadas e da sociedade civil) responsáveis para a concepção, implementação, seguimento e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais, segurança alimentar, agricultura e pescas na coordenação da implementação dos principais instrumentos de planeamento e gestão estratégicos nomeadamente o PEDA e o PNIA com vista a atingir os objectivos globais definidos no DECRP, através de apoio normativo, político e institucional.

5.4 Hipóteses e riscos

103. Em Cabo Verde reina a estabilidade política e justiça social; o Governo está engajado na luta contra a pobreza e a insegurança alimentar de uma maneira sustentável e também existe a vontade política em desenvolver a agricultura e a segurança alimentar traduzido em apoio político e social ao sector através do orçamento do Estado. De recordar que o Governo de Cabo Verde se engajou, no quadro do PNIA, a afectar pelo menos 10% do seu PIP ao sector agrícola e desenvolvimento rural. Contudo, a implementação com sucesso do CPF exigirá uma mobilização efectiva e atempada dos recursos necessários (pela FAO, parceiros e o Governo), e um forte envolvimento das ONG's, da Sociedade Civil, do sector privado. Com efeito, a FAO deverá ser explícita no diálogo com o Governo e os parceiros acerca da natureza e os propósitos do CPF, o que poderá facilitar o processo de identificação de possíveis sinergias com estes. Sendo a mobilização dos apoios e recursos financeiros conseguido, a implementação do CPF exigirá um engajamento robusto dos outros parceiros de desenvolvimento, pois a realização dos resultados dependerá dos sucessos obtidos por outros parceiros e o Governo na implementação dos programas sectoriais. Também, uma coordenação dos apoios externos assevera-se de extrema importância de maneira a evitar as duplicações e assegurar as sinergias entre o financiamento dos diversos parceiros.

6. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

6.1 Mobilização dos recursos

104. As estimativas das necessidades em investimento de médio prazo (2012-2016) do CPF no sector foram feitas tendo em consideração os projectos e programas em curso e projectos em carteira. Face aos domínios de intervenção propostos, as necessidades de financiamento foram estimados em 14.977.000 USD, sendo os recursos disponíveis avaliados em 5.927.000 USD e recursos a mobilizar 9.050.000 USD (ver anexo 3). As fontes de financiamento potenciais consistem em fundos provenientes de recursos do Programa Regular da FAO (*TCP e TCP Facility*), Fundos do SNU, Trust Fund de doadores externos e outros. Como acção imediata, a FAO utilizará os recursos da TCP para a implementação de pequenos projectos que vão ao encontro do critério TCP. A FAO conjuntamente com o Governo vão trabalhar na mobilização de recursos externos dos doadores para financiamento de projectos de Trust Fund através de consultas dos doadores e esforços de mobilização conjunta dos recursos.

105. Falta identificar as fontes de financiamento para cerca de 60% dos programas e projectos. Todavia, as intervenções dos parceiros de desenvolvimento (passado, em curso e em carteiras) dão uma indicação da tendência de apoio em áreas que estão directa ou indirectamente relacionados com os resultados prioritários identificados no CPF. Neste sentido, a FAO e o Governo deverão engajar-se no diálogo com esses parceiros de desenvolvimento que poderão estar interessados em apoiar a implementação das prioridades identificadas. Uma fonte importante de financiamento é o Programa Conjunto das Nações Unidas, criado em 2007 no âmbito do programa de reforma do Sistema, do qual Cabo Verde é um dos países piloto. Uma parte do CPF será implementada através de programas conjuntos das agências das Nações Unidas com o Governo de Cabo Verde, em conformidade com a nova metodologia de programação do próximo ciclo do UNDAF/UNDAP.

6.2 Coordenação

106. A FAO continuará a participar activamente nos mecanismos existentes para reforçar a coordenação, planeamento e monitoria com o Governo e as agências do Sistema das Nações Unidas. Além disso, os grupos de trabalho estabelecidos no quadro dos mecanismos de coordenação entre os parceiros, inclusive os Abordagens Sectoriais (SWAPs) existentes ou em fase de serem estabelecidos em vários sectores, continuarão a representar para a FAO em Cabo Verde uma oportunidade para trabalhar em conjunto com os parceiros para acelerar a consecução dos ODMs e implementar os compromissos da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda.

6.3 Seguimento e avaliação

107. A Representação da FAO jogará um papel crucial na supervisão e liderança na implementação do CPF sem descurar o papel que deverão ter outras partes interessadas particularmente o Governo. Porém, o mecanismo de seguimento e avaliação para medir regularmente o progresso alcançado na realização da matriz das intervenções prioritárias da FAO deverá ancorar-se nos sistemas actualmente existentes no país. Assim, o seguimento e avaliação do CPF será efectuado em parceria com o Governo, o Sistema das Nações Unidas e outros parceiros de desenvolvimento, seguindo os princípios de Gestão com Base em Resultados (RBM), e em conformidade com a matriz de resultados e do quadro de seguimento e avaliação da UNDAF na base de indicadores definidos e aprovados de comum acordo para o seguimento do DECRP e da UNDAF.

108. O seguimento das actividades de terreno será feito através de visitas conjuntas e de revisões periódicas anuais. A FAO apoiará na identificação das fontes de informação disponíveis bem como no reforço da recolha e gestão de dados para o sistema. A FAO preparará conjuntamente com o Governo um relatório de progresso alcançado na implementação do CPF que será objecto de discussão/ajustamento num fórum apropriado para o efeito. Igualmente uma avaliação independente será levada a cabo na final da implementação do CPF.

ANEXO 1

Alinhamento das prioridades nacionais com as prioridades e objectivos estratégicos da FAO (regional, sub-regional e global)

Eixos prioritários de intervenção (PEDA)	Ações prioritárias PEDA 2005-2015	Sub-programas prioritários PNIA 2010-2015	UNDAF 2012-2016 <i>Outcomes</i> e CPF FAO Cabo Verde 2012-2016	FAO Sub-regional 2010-2015	FAO Regional 2010-2015	FAO GLOBAL (Objectivos estratégicos) 2010-2013
Acesso e gestão sustentável dos recursos naturais (hídricos, fundiários e biológicos, haliêuticos, etc.)	<p>Intensificação e diversificação das produções agrícolas</p> <p>Valorização dos recursos marinhos da ZEE e desenvolvimento integrado da pesca</p>	<p>Melhoria da gestão da água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização de água para à agricultura ▪ Promoção da irrigação 	<p>UNDAF – As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano, têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e produtividade sustentável.</p> <p>FAO - <i>Support capacity development by providing technical assistance for the introduction and application of best practices in agriculture, livestock and fisheries production</i></p> <p>FAO - <i>Provision of direct material support to small community-based projects aimed at realizing short-term production improvements in agriculture, livestock and fisheries</i></p>	Aumento sustentável da diversificação e produtividade agrícola para melhor nutrição dos mais vulneráveis afectados pela insegurança alimentar (Detalhes em Quadro 2)	<p>Aumento da produtividade e diversificação agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promote sustainable land management and soil fertility improvement ▪ Improve agricultural water management ▪ Improve and diversify domestic production and marketing ▪ Building household productivity and assets ▪ Improve and diversify livestock production ▪ Support fisheries policies and institutionalization of framework development ▪ Encourage fisheries equipment and infrastructure improvement ▪ Promote commercial aquaculture 	<p>A: Sustainable intensification of crop production</p> <p>B: Increased sustainable livestock production</p> <p>C: Sustainable management and use of fisheries and aquaculture resources</p>

Eixos prioritários de intervenção (PEDA)	Acções prioritárias PEDA 2005-2015	Sub-programas prioritários PNIA 2010-2015	UNDAF 2012-2016 Outcomes e CPF FAO Cabo Verde 2012-2016	FAO Sub-regional 2010-2015	FAO Regional 2010-2015	FAO GLOBAL (Objectivos estratégicos) 2010-2013
	Reforço das infra-estruturas e das capacidades de gestão sustentável das comunidades rurais (ordenamento agro-silvo-pastorais)	Melhoria da gestão de outros recursos naturais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão dos itinerários e organização da transumância ▪ Apoio à gestão dos recursos florestais ▪ Apoio à gestão dos recursos haliéuticos 	<p>UNDAF – As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade e utilizam de forma sustentável recursos naturais para um crescimento inclusivo</p> <p>FAO - <i>Support capacity development by providing technical assistance for implementing urban and peri-urban (re) forestry initiatives</i></p>	Gestão sustentável dos recursos naturais (florestas, árvores, terra, água, fauna e recursos genéticos) (Detalhes em Quadro 2)	<p>Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promote better land management ▪ Promote better water management ▪ Promoting sustainable livestock production systems and biodiversity ▪ Support policy reforms and appropriate land use planning ▪ Strengthen institutional frameworks ▪ Encourage sustainable forest management 	<p>E: Sustainable management of forests and trees</p> <p>F: Sustainable management of land, water and improved responses to global environmental challenges affecting food and agriculture</p>
Valorização dos produtos agrícolas, da pesca e outros (conservação, transformação, comercialização)	Reforço das actividades de conservação, transformação e comercialização	Desenvolvimento de fileiras agrícolas e promoção de acesso ao mercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio técnico-económico para a valorização das zonas irrigadas ▪ Intensificação e diversificação hortícola e fruteira adaptadas às condições agro-ecológicas ▪ Diversificação dos rendimentos das famílias rurais através da pecuária familiar ▪ Valorização dos produtos agrícolas 	<p>UNDAF - O Sector Privado, nomeadamente as MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas), nas áreas urbanas e rurais, tem maior acesso aos mercados, aos serviços de apoio técnico e financeiro e aumenta a sua competitividade e a contribuição ao crescimento e ao emprego decente</p> <p>FAO - <i>Support capacity development by providing technical assistance for the introduction and application of best practices in marketing and trade and the consolidation/strengthening of the National Food Quality System</i></p>	Criação de um ambiente atractivo, competitivo e sensível ao género para os mercados e melhoria da qualidade e segurança sanitária dos alimentos para melhor comercialização. (Detalhes em Quadro 2)	<p>Apoio ao acesso ao mercado e medidas sanitárias para o melhor comércio</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Encouraging the improvement of local infrastructure for trade ▪ Encouragement of sound trade policies at (sub) regional level ▪ Strengthening capacity to participate in trade negotiations ▪ Promoting the building of strategic alliances and industry linkages ▪ Production and marketing ▪ Facilitate regional trade in food staples and livestock products 	<p>G: Enabling environment for markets to improve livelihoods</p> <p>D: Improved safety and quality of food at all stages of the food chain</p>

Eixos prioritários de intervenção (PEDA)	Acções prioritárias PEDA 2005-2015	Sub-programas prioritários PNIA 2010-2015	UNDAF 2012-2016 Outcomes e CPF FAO Cabo Verde 2012-2016	FAO Sub-regional 2010-2015	FAO Regional 2010-2015	FAO GLOBAL (Objectivos estratégicos) 2010-2013
Reforço dos serviços técnicos (R&D e vulgarização & extensão)	<p>Promoção da pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Promoção da vulgarização e extensão</p>	<p>Pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições propícias à cooperação regional em matéria de desenvolvimento e da difusão de tecnologias ▪ Centro Nacional de Especialização ▪ Financiamento da procura de desenvolvimento e adopção das tecnologias 	<p>FAO - <i>Support capacity development by providing technical assistance for the consolidation/strengthening of the National School Feeding Programme</i></p>			Transversais na base das funções núcleos da FAO
Criação de um ambiente sócio-económico e político propício (promoção do papel do sector privado e associativo, formação dos recursos humanos)	<p>Promoção do papel do sector privado e associativo a montante e jusante da produção</p> <p>Formação dos recursos humanos do meio rural</p>	<p>Reforço institucional e coordenação da implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de mecanismos de acesso ao financiamento agrícola ▪ Passagem à abordagem sectorial ▪ Gestão e seguimento e avaliação da implementação 	<p>UNDAF - As comunidades locais e a sociedade civil, detêm uma maior capacidade de advocacia ambiental, e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão sustentável dos recursos naturais.</p> <p>FAO - <i>Support capacity development by providing technical assistance for implementing community-based sustainable forest management initiatives</i></p>	<p>Gestão de conhecimentos, advocacia, e coordenação de políticas em África Ocidental (Detalhes em Quadro 2)</p>	<p>Gestão de conhecimentos, advocacia, e coordenação de políticas em África</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacity building for Member States and other knowledge institutions ▪ Enhancing knowledge exchange ▪ Communication and advocacy 	<p>K. Gender equity in access to resources, goods, services and decision-making in the rural areas</p>
						Transversais na base das funções núcleos da FAO

Eixos prioritários de intervenção (PEDA)	Acções prioritárias PEDA 2005-2015	Sub-programas prioritários PNIA 2010-2015	UNDAF 2012-2016 <i>Outcomes e CPF FAO Cabo Verde 2012-2016</i>	FAO Sub-regional 2010-2015	FAO Regional 2010-2015	FAO GLOBAL (Objectivos estratégicos) 2010-2013
	Reforço das capacidades políticas e institucionais		<p>UNDAF - As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza reforçam uma competitividade e um crescimento económico a favor das populações vulneráveis.</p> <p>FAO - <i>Provision of normative and policy advisory services on agricultural investment policies and programmes, agricultural service delivery and distribution of and access to natural resources, notably land and water</i></p>			L: Increased and more effective public and private investment in agriculture and rural development
Luta durável contra a fome e malnutrição	Utilização das operações de urgência para iniciar/consolidar um processo de desenvolvimento sustentável	<p>Prevenção e gestão das crises alimentares e outros desastres naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do sistema de alerta rápida ▪ Reforço do sistema de gestão de crises ▪ Reabilitação de zonas afectadas pelas crises ▪ Promoção do direito à alimentação 	<p>UNDAF – As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios da sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.</p> <p>FAO - <i>Provision of normative and policy advisory services on natural resource use, biodiversity and environmental issues</i></p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Improve emergency preparedness and disaster risk management 	<p>H: Improved Food Security and Better Nutrition</p> <p>I: Improved preparedness for, and effective response to, food and agricultural threats and emergencies</p>

ANEXO 2

FAO Cabo Verde - CPF 2012 – 2016: Objectivos e Actividades Prioritárias

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
<p>Disponibilidade de alimentos ao nível nacional melhorada em função de aumentos da produção e produtividade agrícola</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentada produtividade e a produção de alimentos para o mercado doméstico ▪ Melhorada, alargada e descentralizada a prestação de serviços de apoio à agricultura 	<p>Produção Agrícola e Protecção Vegetal</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a introdução de técnicas de intensificação e diversificação da produção agrícola (hidroponia e culturas protegidas) ▪ Apoiar o desenvolvimento de horticultura e produção frutícola, em particular em áreas urbanas e peri-urbanas (e em hortas escolares) ▪ Promover a utilização de sementes melhoradas e reforçar a capacidade do MDR no controle da qualidade e certificação de sementes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas cultivadas em hidroponia e culturas protegidas. Baseline (2011): 3 ha; Meta (2016): 10-15 ha. ▪ Produção de hortícolas (em toneladas) de pequenas e médias explorações agrícolas. Baseline (2011): 20 – 25.000 tm; Meta (2016): 40.000 tm. ▪ Percentagem das explorações agrícolas (pequenas e médias) que utilizam sementes melhoradas. Baseline (2011): 5 – 10%; Meta (2016): 20%.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistir o MDR, o MIEM, o MTIE, a ARFA e outros na consolidação e coordenação do sistema de controle sanitário ▪ Consolidar mecanismos nacionais e sub-regionais de combate às pragas e doenças 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de autorizações fitossanitárias de importação emitidas. Baseline (2011): 794; Meta (2016): 500. ▪ Número de inspectores sanitarios e fitossanitarios formados e em actividade, Baseline (2011): 31 (18 fitossanitarios e 13 zoossanitarios); Meta (2016): 31 ▪ Número de laboratorios nacionais de apoio à inspecção e controlo instalado e em funcionamento. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 1
		<p>Irrigação e Gestão da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o país na implementação de técnicas para tratamento e utilização de águas residuais na agricultura, e na difusão de novas tecnologias de rega. ▪ Apoiar na introdução de mecanismos de organização e manutenção de esquemas de irrigação por associações de utilizadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Areas de explorações agrícolas que utilizam águas residuais na irrigação: Baseline (2011): 70 ha; Meta (2016): 150 há. ▪ Grupos de associações de gestão de água organizados. Baseline (2011): 1 associação; Meta (2016): 20 associações.

^{5/} Dado que o apoio da FAO em assistência técnica é geralmente integrado e se destina a programas e iniciativas governamentais mais vastas, nem sempre a contribuição directa ou indirecta resultante das suas actividades pode ser capturada ou mensurada em termos quantitativos precisos ou em alterações nos indicadores directamente atribuídas ou ligadas às actividades da FAO. Na medida do possível, contudo, foram especificados indicadores quantitativos para as áreas onde eles estão disponíveis ou podem ser estabelecidos.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorada a capacidade para implementar políticas e planos de uso e gestão de recursos naturais, em particular terras, florestas e pescas. 		Produção Animal e Saúde Animal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de inseminações artificiais por espécie. Baseline (2011): 35 caprinos; Meta (2016): 2500 bovinos e 2000 caprinos. ▪ Número de técnicos formados (dos serviços de veterinária e outros parceiros) em prevenção e controle das doenças nos animais. Baseline (2011): 42; Meta (2016): 80.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a produção pecuária a nível do sector familiar através da inseminação artificial para o melhoramento de raças ▪ Apoiar o MDR a melhorar a vigilância epidemiológica para detectar e reagir atempadamente a doenças nos animais (Gripe das Aves, Peste Suína Africana e outras) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Campos Escolas operacionais. Baseline (2011): 4; Meta (2016): 30 - 40. ▪ Número de extensionistas agrários formados na metodologia Campo Escola. Baseline (2011): 25; Meta: 40.
	Extensão Agrícola		
		Terras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de estudos de caso sobre conflitos de terras. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 5.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR na coordenação e desenvolvimento de um quadro comum sobre a temática terra para melhorar a segurança fundiária das famílias rurais ▪ Reforçar a pesquisa sobre conflitos de terra, para apoiar as actividades de formação e para preparar propostas de revisão da legislação sobre terras e regulamentos relacionados 	
		Florestas	
		Pescas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento no volume de capturas pelo sector de pesca artesanal. Baseline (2011): 1716 ton ; Meta (2016): 2210 ton. ▪ Aumento no volume e valor de comercialização inter-ilhas de
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MIEM e o INDP a conceber e implementar projectos para o desenvolvimento e melhoramento de tecnologias de pesca artesanal (instalação de DCPs e outros) e na organização de associações de 			

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
		pescadores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer uma infra-estrutura piloto de rede de frio e capacitar os parceiros para melhorar e facilitar o manuseamento, conservação, processamento e comercialização de pescado ▪ Apoiar o MIEM na concepção e implementação de mecanismos de vigilância da pesca ilegal ▪ Desenvolver programas de formação em aquacultura e identificar e instalar unidades demonstrativas de produção para o cultivo de peixe, conservação pós-captura e comercialização 	pesca. Baseline (2011): a definir; Meta (2016): aumento de 10-15%. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de técnicos do MIEM e das instituições portuárias relacionadas treinados na aplicação de mecanismos de vigilância da pesca ilegal. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 10. ▪ Número de unidades pilotos de aquacultura para produção estabelecido. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 5.
Melhorado o acesso a Alimentos em função do desenvolvimento de mercados agrícolas, comércio e agro-processamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitada a comercialização de alimentos e mercadorias 	Ligações Produtor - Mercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o INDP a formular um programa de instalação de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal (centros de desembarque, processamento e de comercialização de pescado) ▪ Assistir aos Municípios no planeamento e reorganização/ reabilitação de mercados urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de instalação de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal. Baseline (2011): 3 - 6; Meta (2016): 10 – 15. ▪ Reorganização/reabilitação de mercados urbanos. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 3.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzidas as perdas pós-colheita ao nível dos pequenos produtores 	Gestão Pós-Colheita <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover tecnologias apropriadas (secagem, processamento simples) para processar e preservar frutas, vegetais, legumes e tubérculos a nível doméstico/comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de cursos de formação em gestão e processamento pós-colheita de produtos. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 10. ▪ Número de unidades de recolha e tratamento de produtos agro-pecuários construídos e em funcionamento. Baseline (2011): 1; Meta (2016): 5.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorado o agro-processamento e apoiada a agro-indústria e a qualidade dos produtos 	Desenvolvimento de Cadeias de Valores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR na prestação de serviços para desenvolver cadeias de valores e agro-indústrias de pequena escala ▪ Introdução de parcerias públicas/privadas para o agro- processamento a pequena escala 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de técnicos treinados na metodologia de cadeias de valores. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 15 – 20. ▪ Número de novas parcerias públicas/privadas para o agro-processamento. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 10.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçado e 	Sistema Nacional de Segurança Sanitária de Alimentos	

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
	operacionalizado um sistema nacional de segurança sanitária de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecer apoio técnico ao grupo de trabalho de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) para promover e implementar procedimentos de segurança sanitária de alimentos e harmonizar regulamentos de acordo com os quadros internacionais (Codex com referência OMC) ▪ Apoiar a ARFA e instituições relacionadas a reforçar os sistemas de controlo da qualidade dos alimentos, incluindo legislação e inspecção, laboratórios para controlo, informação sobre segurança e qualidade dos alimentos, e implementação de quadros de análise de risco 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de procedimentos e regulamentos nacionais harmonizados com os quadros internacionais do SPS. Baseline (2011): 3; Meta (2016): 9. ▪ Número de cursos e de técnicos formados na área de controlo de qualidade dos alimentos. Baseline (2011): 85 técnicos em 3 cursos Meta (2016): 330 técnicos e 200 produtores formados (em 10 cursos).
Estabilidade da oferta de alimentos em função de uma melhor gestão dos riscos associados às calamidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorada a capacidade nacional para analisar e gerir calamidades, adaptação às mudanças climáticas e riscos, incluindo os riscos ambientais 	Recursos Naturais e Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de avaliações e estudos de base sobre o impacto das mudanças climáticas. Baseline (2011): 2 comunicações nacionais sobre mudanças climáticas; Meta (2016): 3. ▪ Número de planos de desenvolvimento ao nível das ilhas com preocupações ambientais. Baseline (2011): 22 Planos Ambientais Municipais (PAM); Meta (2016): Actualização dos 22 PAMs, no quadro do PANA 3.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar assistência na avaliação do impacto das mudanças climáticas na agricultura, florestas, pescas e modo de vida das famílias das zonas rurais ▪ Promover a inclusão de questões ambientais nos planos de desenvolvimento ao nível das ilhas. 	
		Gestão de Pesticidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legislação sobre venda e comercialização de pesticidas. Baseline (2011): Legislação disponível, já desactualizada; Meta (até 2013): legislação revista e publicada. ▪ Estudo de base sobre as práticas actuais de utilização de pesticidas, embalagens/contentores, etc. Baseline (2011): Um estudo foi realizado. Meta (até 2014/2015): Estudo revisto e actualizado. ▪ Número de normas técnicas de gestão de pesticidas harmonizadas com o Código de Conduta sobre o Uso e Distribuição de Pesticidas. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 2 - 3.
Programas de segurança alimentar para reforçar a segurança alimentar e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentada a capacidade de implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) 	Segurança Alimentar e Direito à Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da ENSA publicada em 2012/2013. ▪ Sistema integrado de informação sobre segurança alimentar e nutrição. Meta: formulado e operacional em 2012/2013. ▪ Seminário sobre o Direito à Alimentação para membros do governo envolvidos na formulação e decisão de políticas, Meta: em 2012/2013.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
nutricional dos agregados familiares e o direito a alimentos		<p>junto do <i>policy makers</i> e organizações da sociedade civil para a sua implementação no contexto da ENSA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenhar e formular o próximo ciclo do ENSA ▪ Estudo sobre a vulnerabilidade alimentar nos meios urbano e rural ▪ Apoio à implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo ciclo da ENSA preparada e validada em 2013/2014.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior educação sobre nutrição incorporada no Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE) 	<p>Nutrição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar e aumentar o acesso dos alunos das escolas primárias a uma refeição equilibrada nas escolas e jardins-de-infância ▪ Identificar e aplicar as oportunidades para diversificar as refeições escolares com produtos locais e a criação de oportunidades económicas para os produtores locais ▪ Reforçar os conhecimentos e competências dos alunos do primário em matéria de alimentação, de agricultura e de ambiente com a implementação de jardins escolares educativos ▪ Reforçar o conhecimento e as competências, dos alunos e dos funcionários das escolas, em nutrição e higiene alimentar com a integração da nutrição nos programas escolares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma política e uma estratégia nacionais para as cantinas escolares definidas. Baseline (2011): draft; Meta (2013): publicada. ▪ Funcionários do FICASE treinados em termos de planificação e gestão do PNAE. Baseline (2011): 0; Meta (2014): 20. ▪ Estratégia para o aprovisionamento em produtos locais às cantinas escolares identificada, testada (projectos piloto) e documentada. Baseline (2011): 0; Meta (2013): publicada e implementada. ▪ Projectos piloto para organizar as fileiras de produção local que respondam às necessidades das cantinas escolares implantados e documentados. Baseline (2010): 0; Meta (2015): mínimo de 10. ▪ Uma estratégia e directivas para a implementação, a gestão e o seguimento/avaliação das hortas escolares definida e aplicada. Baseline (2011): não; Meta (2015): publicada e implementada. ▪ Hortas escolares (modelo) criadas enquanto suporte educativo para a educação agrícola, ambiental e nutricional e a introdução de novas tecnologias. Baseline (2011):0; Meta (2015): mínimo de 100. ▪ A educação nutricional nas escolas integrada nos currículos escolares. Baseline (2011): não; Meta (2015): implementada. ▪ A nutrição e os métodos de educação nutricional integrados em programas de formação de professores (pré-serviço e em serviço). Baseline (2011): não; Meta (2015): integrada. ▪ Manuais de nutrição para as escolas do ensino primário. Baseline (2011): não; Meta (2015): produzidos, distribuídos e utilizados.
Apoio normativo, político e	<p>Apoio Político e Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçada a capacidade nacional para avaliação, formulação e 	<p>Políticas e Estratégias</p> <p>Apoiar o Governo na formulação, revisão, actualização e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do PNIA. Baseline (2011): em curso; Meta (2016): completada e avaliada.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
institucional, aos sectores público e privado e apoio a temas transversais relevantes para os sectores da agricultura, gestão dos recursos naturais, desenvolvimento rural e segurança alimentar.	harmonização de políticas e planos, tanto a nível central como local	implementação de políticas, estratégias, legislação e planos, particularmente nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Nacional de Investimento Agrícola (ECOWAP/CAADP) ▪ UNDAF/Programa Comum do SNU 2012-2016 ▪ Actualização da legislação relativa à saúde animal e qualidade dos alimentos de origem animal, e sua harmonização com os padrões e acordos internacionais ▪ Apoiar a DSSA na formulação da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada ▪ Planos de desenvolvimento descentralizados (nível Concelho ou ilha) com integração de questões relacionadas com segurança alimentar, meio ambiente e mudanças climáticas. ▪ Legislação de pesca marítima em conformidade com os acordos regionais e internacionais ▪ Apoiar a promoção de realização de uma mesa redonda com os parceiros sobre o PNIA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do UNDAF. Baseline (2011): em curso; Meta (2016): completada e avaliada. ▪ Legislação sobre pecuária e sanidade animal. Baseline (2011): revista e harmonizada com os padrões internacionais. Meta (2012): Aprovada e publicada. ▪ Legislação sobre qualidade dos alimentos de origem animal. Baseline (2011): 0. Meta (2014): Redigida e aprovada. ▪ Lei do Direito Humano a Alimentação Adequada. Meta (até 2013): proposta de lei submetida ao MDR. ▪ Número de planos de desenvolvimento descentralizados. Baseline (2011): 4 PADA; Meta (2016): 9. ▪ Legislação sobre pesca marítima. Meta: revista e harmonizada com os padrões internacionais até 2014.
	Apoio Normativo	Estatísticas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o INE e o MDR no seguimento e na avaliação da produção agropecuária e das pescas, permitindo melhor conhecer a efectiva contribuição do sector agrícola, pecuária e das pescas, na constituição do PIB ▪ Apoiar o INE e o MDR a organizar, implementar e analisar o Censo Agro-Pecuário (CAP) de 2014 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuição do sector agrícola, pecuária e de pescas no PIB actualizado e propriamente reflectido até 2013. ▪ CAP. Meta: CAP preparado até 2013, realizado em 2014 e resultados finais publicados em 2015.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disseminadas e aplicadas normas internacionais e melhores práticas agrárias e de uso sustentável dos recursos naturais e 	Convenções e Protocolos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a participação de representantes do Comité Nacional do <i>Codex Alimentarius</i> em encontros/conferências internacionais ▪ Apoiar o Governo de Cabo Verde a aderir a convenções e tratados internacionais relevantes para o mandato da FAO (Convenção de Roterdão, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Internacional sobre os Recursos Genéticos

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
	ratificados e implementados Protocolos e Convenções internacionais.	Fitossanitários, Tratado Internacional sobre os Recursos Genéticos das Plantas para a Alimentação e Agricultura, Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e Uso de Pesticidas, Código de Conduta de Pescas Responsáveis e o Acordo sobre a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, etc.)	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiado o Governo nas actividades de advocacia de questões importantes para a FAO e para o Sistema das Nações Unidas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a observância do Dia Mundial da Alimentação, do Dia Mundial da Mulher Rural, do Dia das NU, do Ano Internacional de Cooperativas – 2012, e celebração de outros dias e anos internacionais de importância para a FAO e para o sistema das Nações Unidas, campanhas de <i>Telefood</i>, Aliança Nacional e Internacional Contra a Fome, etc. ▪ Advogar e implementar os princípios da Cooperação Técnica entre Países em Vias de Desenvolvimento (TCDC) e da Cooperação Sul-Sul (SSC) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia Mundial da Alimentação e outros dias e anos internacionais das NU celebrados. Meta: Anualmente observados ao nível do sistema das NU. ▪ Número de consultores contratados em regime de TCDC e SSC para a prestação de assistência técnica. Baseline (2011): 0 - 5; Meta (2016): 10 – 15.
Género			
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentados, legalmente reconhecidos e exercidos os direitos das mulheres à terra e aos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR e outros a conceber pacotes de formação sobre os direitos das mulheres à terra e recursos naturais ▪ Desenvolver um sistema de M&A sensível em termos de género, relativamente aos recursos de água e gestão da terra, incluindo a recolha e disseminação de dados desagregados por sexo ▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar questões de género na formulação e implementação dos seus programas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de funcionários de administrações locais treinados em género e direitos das mulheres à terra e aos recursos naturais. Baseline (2011/2012): 15 - 20; Meta (2016): 30 - 40. ▪ Sistema de M&A a nível regional com a participação de Cabo Verde. Baseline (2011): não existe; Meta (2016): sistema M&A operacional. ▪ Número de acções de formação realizadas visando integrar as questões de género em programas nacionais. Baseline (2011): 0 Meta (2016): No mínimo, 5 acções de formação.
HIV-SIDA			
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçada a capacidade dos parceiros para integrar as questões relativas ao HIV/SIDA em estratégias e programas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar acções de mitigação do HIV/SIDA na formulação e implementação dos seus programas, com ênfase as associações rurais e de jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de comunicação e mensagens nas formações, publicações, manuais, etc. Baseline (2011): não incluído e integrado; Meta (2016): incluído e integrado em 75% dos programas.

ANEXO 3

FAO Cabo Verde - CPF 2011 – 2016: Actividades Prioritárias e Recursos (US\$ '000)

Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Actividades de Projecto/Normativas	CPF 2012 – 2016		
		Total de Recursos (US\$'000)	Recursos Disponíveis (US\$'000)	Recursos a Mobilizar (US\$'000)
Produção Agrícola e Protecção Vegetal / Irrigação e Gestão da Água / Produção e Saúde Animal / Extensão Agrícola				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a introdução de técnicas de intensificação e diversificação da produção agrária (hidroponia e culturas protegidas) ▪ Apoiar o desenvolvimento de horticultura e produção frutícola, em particular em áreas urbanas e peri-urbanas (e em hortas escolares) ▪ Promover a utilização de sementes melhoradas e reforçar a capacidade do MDR no controle da qualidade e certificação de sementes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GCP/CVI/039/SPA - Contribution à l'amélioration et diversification des systèmes de production des producteurs au Cap Vert ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO ▪ Expansion of hydroponic food production in Cape Verde (Provisional title) ▪ Project de Développement Institutionnel du Ministère de Développement Rural (Provisional title) 	400	-	400
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistir o MDR, o MIEM, o MTIE, a ARFA e outros na consolidação e coordenação do sistema de controle fitossanitário ▪ Consolidar mecanismos nacionais e sub-regionais de combate às pragas e doenças 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Appui a la mise en œuvre du Système National de Sécurité Sanitaire des Aliments (<i>Provisional title</i>) 	2 030	30	2 000
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o país na implementação de técnicas para tratamento e utilização de águas residuais na agricultura, e na difusão de novas tecnologias de rega. ▪ Apoiar na introdução de mecanismos de organização e manutenção de esquemas de irrigação por associações de utilizadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO 	Já contabilizado	-	-
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a produção pecuária a nível do sector familiar através da inseminação artificial para o melhoramento de raças ▪ Apoiar o MDR a melhorar a vigilância epidemiológica para detectar e reagir atempadamente a doenças nos animais (Gripe das Aves, Peste Suína Africana e outras) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GCP/CVI/039/SPA - Contribution à l'amélioration et diversification des systèmes de production des producteurs au Cap Vert ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO 	Já contabilizado	-	-
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar e consolidar os serviços de extensão agrária através da expansão da metodologia Campo Escola (<i>Field Farmer School</i>) ▪ Capacitar os extensionistas agrários em questões relativas aos Campos Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GCP/CVI/039/SPA - Contribution à l'amélioration et diversification des systèmes de production des producteurs au Cap Vert ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO ▪ Project de Développement Institutionnel du Ministère de Développement Rural (<i>Provisional title</i>) 	Já contabilizado	-	-
Recursos (Sub-Total)		5 026	626	4 400

Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Actividades de Projecto/Normativas	CPF 2012 – 2016		
		Total de Recursos (US\$'000)	Recursos Disponíveis (US\$'000)	Recursos a Mobilizar (US\$'000)
Terra / Florestas / Pescas				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR na coordenação e desenvolvimento de um quadro comum sobre a temática terra para melhorar a segurança fundiária das famílias rurais ▪ Reforçar a pesquisa sobre conflitos de terra, para apoiar as actividades de formação e para preparar propostas de revisão da legislação sobre terras e regulamentos relacionados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	75	75	-
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR no estabelecimento de um sistema participativo para o uso e gestão dos recursos florestais a nível das comunidades ▪ Apoiar o MDR fiscalizar a implementação da legislação de florestas e de gestão dos recursos naturais ▪ Apoiar o desenho e a implementação de novos programas de reflorestação nas áreas rurais e nas zonas urbanas e peri-urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ NFP Facility - National Forestry Programme (Cape Verde) ▪ Gestion durable de Zones Forestières au Cap Vert (<i>Provisional title</i>) ▪ Appui à la foresterie urbaine et périurbaine au Cap Vert (<i>Provisional title</i>) 	100 1 275 1 775	100 25 25	- 1 250 1 750
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MIEM e o INDP a conceber e implementar projectos para o desenvolvimento e melhoramento de tecnologias de pesca artesanal (instalação de DCPs e outros) e na organização de associações de pescadores ▪ Estabelecer uma infra-estrutura piloto de rede de frio e capacitar os parceiros para melhorar e facilitar o manuseamento, conservação, processamento e comercialização de pescado ▪ Apoiar o MIEM na concepção e implementação de mecanismos de vigilância da pesca ilegal ▪ Desenvolver programas de formação em aquacultura e identificar e instalar unidades demonstrativas de produção para o cultivo de peixe, conservação pós-captura e comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ UNJP/CVI/040/UNJ - Projet pour l'implantation d'un réseau de DCP(s) dans les îles de Santiago, Fogo, Maio, S. Vicente et S. Antão ▪ Support to Value Chain Development in Rural Cape Verde (<i>Provisional title</i>) ▪ Consultoria Acordo IUU (Facilidade PCT) ▪ TCP/CVI/3302 - Aquaculture Planning and Piloting in Cape Verde (<i>Provisional title</i>) 	150 1 525 15 499	- 25 15 499	150 1 500 - -
Recursos (Sub-Total)		5 414	764	4 650
Ligação Produtor - Mercado / Gestão Pós-Colheita / Desenvolvimento de Cadeias de Valor / Sistema Nacional de Segurança Sanitária de Alimentos				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o INDP a formular um programa de instalação de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal (centros de desembarque, processamento e de comercialização de pescado) ▪ Assistir os Municípios no planeamento e reorganização/reabilitação dos mercados urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Support to Value Chain Development in Rural Cape Verde (<i>Provisional title</i>) 	Já contabilizado		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover tecnologias apropriadas (secagem, processamento simples) para processar e preservar frutas, vegetais, legumes e tubérculos a nível doméstico/comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Support to Value Chain Development in Rural Cape Verde (<i>Provisional title</i>) ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO ▪ Projectos Telefood 	Já contabilizado 100	 100	 -

Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Actividades de Projecto/Normativas	CPF 2012 – 2016		
		Total de Recursos (US\$'000)	Recursos Disponíveis (US\$'000)	Recursos a Mobilizar (US\$'000)
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o MDR na prestação de serviços para desenvolver cadeias de valores e agro-indústrias de pequena escala Introdução de parcerias públicas/privadas para o agro- processamento a pequena escala 	<ul style="list-style-type: none"> Support to Value Chain Development in Rural Cape Verde (<i>Provisional title</i>) 	Já contabilizado		
<ul style="list-style-type: none"> Fornecer apoio técnico ao grupo de trabalho de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) para promover e implementar procedimentos de segurança sanitária de alimentos e harmonizar regulamentos de acordo com os quadros internacionais (Codex com referência OMC) Apoiar a ARFA e instituições relacionadas a reforçar os sistemas de controlo da qualidade dos alimentos, incluindo legislação e inspecção, laboratórios para controlo, informação sobre segurança e qualidade dos alimentos, e implementação de quadros de análise de risco 	<ul style="list-style-type: none"> TCP/CVI/3203 - Appui a renforcement du système de contrôle de la sécurité sanitaire Appui a la mise en œuvre du Système National de Sécurité Sanitaire des Aliments (<i>Provisional title</i>) 	12 Já contabilizado	12	-
Recursos (Sub-Total)		112	112	-
Recursos Naturais e Mudanças Climáticas / Gestão de Pesticidas				
<ul style="list-style-type: none"> Dar assistência na avaliação do impacto das mudanças climáticas na agricultura, florestas, pescas e modo de vida das famílias das zonas rurais Promover a inclusão de questões ambientais nos planos de desenvolvimento ao nível das ilhas. 	<ul style="list-style-type: none"> GCP/INT/023/GEF - Projet sur le Grand Ecosystème Marine du Courant des Canaries (CCLME)(<i>Valor estimativo</i>) NFP Facility - National Forestry Programme (Cape Verde) Gestion durable de Zones Forestières au Cap Vert)(<i>Provisional title</i>) Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	500 Já contabilizado	500	-
<ul style="list-style-type: none"> Rever e actualizar a legislação relativa ao mercado e comércio de pesticidas Promover práticas de utilização segura e sustentável de pesticidas, incluindo a gestão e destruição de embalagens/contentores Assistir o MDR no desenvolvimento de regulamentos de pesticidas e de normas técnicas em sintonia com o Código de Conduta sobre o Uso e Distribuição de Pesticidas 	<ul style="list-style-type: none"> Appui a la mise en œuvre du Système National de Sécurité Sanitaire des Aliments (<i>Provisional title</i>) Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	50 Já contabilizado	50	-
Recursos (Sub-Total)		575	575	-

Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Actividades de Projecto/Normativas	CPF 2012 – 2016		
		Total de Recursos (US\$'000)	Recursos Disponíveis (US\$'000)	Recursos a Mobilizar (US\$'000)
Segurança Alimentar e Direito à Alimentação / Nutrição				
Apoiar a DSSA (DGPOG/MDR) para: <ul style="list-style-type: none"> Avaliar o impacto da implementação da ENSA Operar um sistema integrado de monitoria de dados e indicadores sobre segurança alimentar e nutrição Desenvolver o conceito do Direito à Alimentação e mobilizar apoio junto do <i>policy makers</i> e da sociedade civil para a sua implementação no contexto da ENSA Desenhar e formular o próximo ciclo do ENSA 	<ul style="list-style-type: none"> Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	50	50	-
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar e aumentar o acesso dos alunos das escolas primárias a uma refeição equilibrada nas escolas e jardins-de-infância Identificar e aplicar as oportunidades para diversificar as refeições escolares com produtos locais e a criação de oportunidades económicas para os produtores locais Reforçar os conhecimentos e competências dos alunos do primário em matéria de alimentação, de agricultura e de ambiente com a implementação de jardins escolares educativos Reforçar o conhecimento e as competências, dos alunos e dos funcionários das escolas, em nutrição e higiene alimentar com a integração da nutrição nos programas escolares 	<ul style="list-style-type: none"> UNJP/042/CVI/UNJ – Soutien à la Sécurité Alimentaire et à la Nutrition Scolaire Projectos Telefood 	3 000	3 000	-
		100	100	-
Recursos (Sub-Total)		3 150	3 150	-
Apoio Político e Institucional / Estatísticas / Normativo				
Apoiar o Governo na formulação, revisão, actualização e implementação de políticas, estratégias, legislação e planos, particularmente nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) UNDAF/Programa Comum do SNU 2012-2016 Actualização da legislação relativa à saúde animal e qualidade dos alimentos de origem animal, e sua harmonização com os padrões e acordos internacionais Apoiar a DSSA na formulação da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada Planos de desenvolvimento descentralizados (nível Concelho ou ilha) com integração de questões relacionadas com segurança alimentar, meio ambiente e mudanças climáticas. Legislação de pesca marítima em conformidade com os acordos regionais e internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio normativo. Financiamento a determinar no período 2012-2016 via projectos ou programas regionais e/ou sub-regionais executados pelo Escritório (Sub-) Regional e/ou Departamentos e Serviços Técnicos da Sede. SWAp to support implementation of National Agriculture Investment Plan (<i>Provisional title</i>) Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	-	-	-
		225	225	-
	50	50	-	
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o INE e o MDR valorizar e actualizar a contribuição do sector agrícola, 	<ul style="list-style-type: none"> Consultorias pontuais (Facilidade PCT) 	25	25	-

Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Actividades de Projecto/Normativas	CPF 2012 – 2016		
		Total de Recursos (US\$'000)	Recursos Disponíveis (US\$'000)	Recursos a Mobilizar (US\$'000)
pecuária e de pescas no PIB ▪ Apoiar o INE e o MDR a organizar, implementar e analisar o Censo Agro-Pecuário (CAP) de 2014	▪ Apoio ao Censo Agro-Pecuário (<i>Provisional title</i>)	400	400	-
▪ Apoiar a participação de representantes do Comité Nacional do <i>Codex Alimentarius</i> em encontros/conferências internacionais ▪ Apoiar o Governo de Cabo Verde a aderir a convenções e tratados internacionais relevantes para o mandato da FAO (Convenção de Roterdão, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Internacional sobre os Recursos Genéticos Fitossanitários, Tratado Internacional sobre os Recursos Genéticos das Plantas para a Alimentação e Agricultura, Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e Uso de Pesticidas, Código de Conduta de Pescas Responsáveis e o Acordo sobre a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, etc.)	▪ Apoio normativo. Financiamento a determinar no período 2012-2016 via projectos ou programas regionais e/ou sub-regionais executados pelo Escritório Sub-Regional e/ou Departamentos e Serviços Técnicos da Sede.	-	-	-
▪ Apoiar a observância do Dia Mundial da Alimentação, do Dia Mundial da Mulher Rural, do Dia Internacional das Montanhas, do Ano Internacional de Florestas – 2011, e celebração de outros dias e anos internacionais de importância para a FAO e para o sistema das Nações Unidas, campanhas de Telefood, Aliança Nacional e Internacional Contra a Fome, etc. ▪ Advogar e implementar os princípios da Cooperação Técnica entre Países em Vias de Desenvolvimento (TCDC) e da Cooperação Sul-Sul (SSC)	▪ Financiamento a determinar no período 2012-2016 via projectos ou programas regionais e/ou sub-regionais executados pelo Escritório Sub-Regional e/ou Departamentos e Serviços Técnicos da Sede. ▪ Cooperação Sul-Sul Cabo Verde/Cuba/FAO	-	-	-
Recursos (Sub-Total)		700	700	-
Género e HIV–SIDA				
▪ Apoiar o MDR e outros a conceber pacotes de formação sobre os direitos das mulheres à terra e recursos naturais ▪ Desenvolver um sistema de M&A sensível em termos de género, relativamente aos recursos de água e gestão da terra, incluindo a recolha e disseminação de dados desagregados por sexo ▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar questões de género na formulação e implementação dos seus programas	▪ Project de Développement Institutionnel du Ministère de Développement Rural (<i>Provisional title</i>)	Já contabilizado		
▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar acções de mitigação do HIV/SIDA na formulação e implementação dos seus programas, com ênfase as associações rurais e de jovens.	▪ Project de Développement Institutionnel du Ministère de Développement Rural (<i>Provisional title</i>)	Já contabilizado		
Recursos (Sub-Total)		-	-	-
RECURSOS – TOTAL		14 977	5 927	9 050

ANEXO 4

Projectos executados pela FAO de 2005-2010

Código	Título do projecto	Financiamento	Sector/subsector	Área de intervenção	Duração	Orçamento (USD)	Parceiro
UTF/CVI/038/CVI	Programa Especial para a segurança alimentar	UTF	Agricultura	Culturas hortícolas	1999-2005	984.145	Cabo Verde
TCP/CVI/3002	Apoio à revisão da legislação fundiária e às instituições responsáveis para a gestão fundiária	TCP	Agricultura	Questões fundiárias	2006-2007	212.000	FAO
TCP/CVI/2905	Programa Nacional de Investimento à Médio Prazo	TCP	Agricultura	Apoio institucional e estratégico	2005	120.000	FAO
TCP/CVI/3101	Reforço das capacidades no domínio da sensibilização, da prevenção, do ordenamento, da protecção e da luta contra os fogos florestais	TCP	Florestas	Apoio institucional e estratégico	2006-2008	417.846	FAO
TCP/CVI/3001	Assistência ao reforço das capacidades nacionais de prospecção e de luta contra os gafanhotos	TCP	Agricultura	Emergência	2005	148.725	FAO
SPFP/CVI/0001	Programa Especial para a Segurança Alimentar. Cooperação Sul-Sul/Cabo Verde-Cuba	SPFP	Agricultura	Culturas hortícolas	2000-2007	976.735	FAO
TCP/CVI/3201	Fornecimento de factores de produção às populações vulneráveis no quadro do ISFP	TCP	Agricultura	Emergência	2009	250.000	FAO
TFD-06/CVI/002	Promoção da irrigação gota-à-gota em João Varela	TFD	Segurança Alimentar (SA)	Segurança Alimentar e Nutricional (SA & N)	2009	10.000	FAO
TFD-06/CVI/001	Instauração e recuperação de hortas escolares	TFD	SA	SA & N	2009	8.723	FAO
TFD-06/CVI/003	Fumagem de peixe em Porto Novo	TFD	SA	SA & N	2009	9.920	FAO
TFD-07/CVI/001	Instauração de uma horta escolar em Tarrafal - Santiago	TFD	SA	SA & N	2010	7.585	FAO
TFD-07/CVI/002	Instauração de uma horta escolar em Tarrafal - Santiago	TFD	SA	SA & N	2010	5.073	FAO
TFD-07/CVI/003	Enriquecimento do regime alimentar dos alunos	TFD	SA	SA & N	2010	4.460	FAO
TFD-07/CVI/004	Promoção da criação de galinhas poedeiras em Achada Limpo - Praia	TFD	SA	SA & N	2010	8.802	FAO
TCP/RAF/3207	Regional support to alleviate the impact of soaring food prices on affected vulnerable farming populations of the West Africa Region	TCP/RAF	Segurança Alimentar	Segurança Alimentar e Nutricional	2009-2010		FAO
TCP/RAF/3212	Appui à la mise en œuvre du plan d'action international sur la pêche illicite, non déclarée et non réglementée	TCP/RAF	Pescas	Apoio normativo	2009-2010		FAO/SRCF
RAF- Agreement	Formation et qualification des poissonnières et vendeuses de fruit et viande des marchés de Praia	RAF	Segurança sanitária	Formação	2010	25.000	FAO RAF
TCP/CVI/3202	Fundos do PCT	TCP	Agricultura	Apoio institucional	2010	161.756	FAO
OSRO/CVI/401/AFB	Assistance d'urgence aux populations victims de la secheresse	OSRO	Segurança Alimentar	Emergência	2006	500.000	AFB

ANEXO 5

Projectos em execução pela FAO em 2011

Código	Título do projecto	Financiamento	Sector/subsector	Área de intervenção	Duração	Orçamento (USD)	Parceiro
GCP/CVI/039/SPA	Contribuição para a melhoria e diversificação dos sistemas de produção dos produtores em Cabo Verde	TF	Agricultura	Culturas hortícolas	2007-2011	2.134.138	Espanha
TCP/CVI/3203	Apoio ao reforço do sistema de segurança sanitária	TCP	Segurança Alimentar	Segurança Alimentar e nutricional	2009-2011	326.000	FAO
TCP/CVI/3302	Planeamento e pilotagem do sector da aquacultura em Cabo Verde	TCP	Pescas	Apoio institucional	2011-2012	499.000	FAO
UNJP/CVI/040/UNJ	Projecto para a implantação de um rede de DCP nas ilhas de Santiago, Fogo, Maio, S. Vicente e Santo Antão	UNJ	Pescas	Apoio institucional e estratégico	2009-2011	1.096.304	UNJ
UNJP/CVI/041/UNJ	Projecto para a implantação de um rede de DCP nas ilhas de Santiago, Fogo, Maio, S. Vicente e Santo Antão	UNJ	Pescas	Apoio institucional e estratégico	2009-2011	1.096.304	UNJ
GCP/INI/812/MUL	National Forestry Programme (Cape Verde)	FAO	Florestas	Apoio institucional e estratégico	2010-2012	100.000	FAO
UNJP/CVI/042/UNJ	Apoio à segurança alimentar e nutrição escolar	UNJ	Segurança Alimentar	Segurança Alimentar e nutricional	2011-2015	3.979.770	UNJ
SPFS/CVI	Cooperação Sul-Sul Cabo Verde / Cuba / FAO	FAO e GCV	Agricultura e Pecuaria	Apoio técnico e extensão rural	2011-2013	116.000	FAO e GCV
TCP/CVI/3301 BABY01	Identificação de acções pertinentes para o desenvolvimento da aquacultura em Cabo Verde	TCP	Pescas	Apoio institucional e estratégico	2010-2011	29.923	FAO
TCP/CVI/3301 BABY02	Elaboração de um projecto de apoio a florestação urbana e peri-urbana em Cabo Verde	TCP	Florestas	Apoio institucional e estratégico	2010-2011	20.184	FAO
TCP/CVI/3301 BABY03	Country Programming Framework 2012-2016	TCP	Agricultura	Apoio institucional e estratégico	2010-2011	22.976	FAO
GCP/INT/023/GFF	Protection of the Canary Current Large Marine Ecosystem (LME)	GEF	Pescas	Apoio institucional e estratégico	2010-2013		GEF, UNEP
TCP/CVI/3303 (E)	Assistance d'urgence pour le contrôle d'une épizootie de PPA au Cap Vert	TCP	Pecuaria	Emergência	2011-2012	385.000	FAO
GCP/INT/052/SPA	Desenvolvimento das capacidades para a integração do género na gestão dos recursos hídricos e da terra	GCP	Segurança Alimentar	Apoio institucional e estratégico	2009-2011		FAO e GCV

ANEXO 6**Projectos / Propostas em carteira para a implementação no período 2012-2016**

Título provisório do projecto	Financia Mento	Início previsto e duração	Orçamento indicativo (USD)	Parceiros potenciais	Observações
Extensão de GCP/CVI/039/SPA – Melhoramento e diversificação dos sistemas de produção dos produtores em Cabo Verde	GCP	2012 (1 ano)	400.000	Espanha	Proposta preparada e submetida para consideração.
Apoio a florestas urbanas e peri-urbanas em Cabo Verde	GCV/ GEF-5	2012 (3 anos)	1.750.000	GCV, UNDP, GEF-5	Proposta preparada. Deve ser discutido. Considerar a fusão junto do projecto sobre a gestão durável das zonas florestais.
Introdução do mecanismo SWAp para a implementação do PNIA	TCP	2012 (1 ano)	200.000	FAO	Ideia inicial.
Introdução e expansão da produção alimentar hidropónica em Cabo Verde	TCP	2011 (2 anos)	450.000	FAO e Espanha	Documento de projecto em processo de formulação.
Gestão durável das zonas florestais em Cabo Verde	GCV/ GEF-5	2012 (3 anos)	1.250.000	GCV, UNDP, GEF-5	Proposta preparada. Deve ser discutido. Considerar a fusão junto do projecto sobre as florestas urbanas e peri-urbanas..
Segurança fundiária ao serviço da segurança alimentar e desenvolvimento rural	GCP ou UTF	2012 (2 anos)	950.000	GCV, Espanha	Proposta preparada.
Apoio ao desenvolvimento de cadeias de valores nas zonas rurais de Cabo Verde	UNJP/UNDAF	2012 (3 anos)	1.500.000	UNIDO	Proposta para um UNJP no ciclo UNDAF 2012-2016. Documento deve ser formulado.
Reforço Institucional do Ministério de Desenvolvimento Rural	GCP ou UTF	2012 (4 anos)	2.000.000	GCV, Espanha	Proposta preparada e submetida para consideração.
Apoio à implementação do Sistema Nacional de Segurança Sanitária dos Alimentos	UNJP/UNDAF	2012 (3 anos)	2.000.000	UNIDO, WHO	Documento de projecto em processo de finalização.

ANEXO 7

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CSAO-CILSS (2008) – *Profil sécurité alimentaire du Cap Vert*. Rapport Final. Avril 2008.
- ECOWAS/CAPCIT/UA (2010) - *Programme National d'Investissement Agricole (PNIA)* – Rapport de présentation - Synthèse du document national. Version finale. Praia, déc. 2010
- FAO (2004) – Champ école des agriculteurs. Octobre 2004
- FAO (2005) - *Small Island Developing States - Agricultural Production and Trade, Preferences and Policy*, FAO Commodities and Trade Technical Paper 7, FAO, Rome, 2005
- FAO (2006a) – *Apoio à revisão dal legislação fundiária e das instituições encarregadas da administração fundiária*. Relatório final. Praia, Novembro 2006.
- FAO (2006b) – *Estudo da correlação entre a segurança alimentar e as questões de natureza fundiária*. Praia, Novembro 2006
- FAO (2008a) – *Vue générale du secteur des pêches national*. La république du Cap Vert. Janvier 2008
- FAO (2008b) – *Coopération Cap Vert/FAO – Cadre National des Priorités a Moyen Terme 2008 – 2012*, Avant-projet 1, Praia, Mars 2008
- FAO (2008c) – *Vue générale du secteur dès pêches national*, Acra Janvier 2008.
- FAO (2009a) – *Le cadre stratégique pour la FAO 2010-2019*. Roma 18-23 nov 2009
- FAO (2009b) – *Inception Report*, FAO Representation in Cape Verde, Praia, April 2009
- FAO (2009c) – *Projecto « Apoio ao reforço do sistema de controlo da segurança sanitária*. Praia, 2009
- FAO (2009d) – *Projecto de desenvolvimento institucional do MADRRM*. Praia, Junho 2009
- FAO (2010a) – *FAO Regional Strategic Framework for Africa 2010-2015*, Acra 2010
- FAO (2010b) - *Revue dès Pêches SFW- Cap Vert*, Acra 2010.
- FAO (2010c) - *Revue du secteur élevage au Cap Vert*. Rapport Final. Juin 2010.
- FAO (2010d) – *GCP/CVI/039/SPA- Rapport de mission. Introduction de l'approche champs école des producteurs (CEP) dans le contexte du Cap Vert*. Décembre 2009
- FAO (2011a) – *FAO Sub-regional Strategic Framework for West Africa*, Acra 2011
- FAO (2011b) – *La coopération FAO-Cap Vert. Une perspective historique sur les interventions de la FAO au Cap Vert*. 2011
- FAO/INDP (2010) – *Quadro Estratégico para o desenvolvimento da Aquacultura*. Praia, Outubro 2010

- GCV (2011) -. *Cabo Verde 2016 - Programa do Governo para a VIII Legislatura -2011 – 2016*, Chefia do Governo, Praia 2011.
- GOV/SNU (2010) – *Programme conjointe de Nations Unies au Cap Vert. Soutien à la sécurité alimentaire et à la nutrition scolaire.* Juillet 2010
- INGRH/Global Water Partnership – West Africa (2008)- *Estudo diagnóstico sobre a dimensão génerona gestão integrada dos recursos hídricos em Cabo Verde.* Relatório preliminar. Fevereiro 2008.
- MAA (2006) - *Programa Nacional de Segurança Alimentar 2007-2011*, Ministério do Ambiente e Agricultura, Praia, 2006
- MAAP (2004) - *Estratégia de Desenvolvimento no Horizonte 2015 & Plano de Acção 2005-2008*, Ministério do Ambiente, da Agricultura e das Pescas, Praia, 2004
- MAP (2002) - *Estratégia e Programa de Segurança Alimentar*, Ministério da Agricultura e das Pescas, Praia, 2002
- MF (2008) - *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza 2008 – 2011*, Ministério das Finanças, Praia, 2008
- MF (2010a) – *Relatório de proposta de Orçamento para 2010.* Outubro 2010.
- MF (2010b) – *Cabo Verde : Constrangimentos ao crescimento, à transformação e à redução da pobreza.* 2010
- UNCT (2005) – *Plan Cadre des Nations Unies pour l'aide au développement 2006 - 2010*, Praia, 2005
- UNCT (2008) – *The One Programme au Cap Ver 2008 -2010*, Praia, 2008

ANEXO 8

Main Components of FAO's Results-based Framework (Medium Term Plan 2010-2013)

FAO's vision

A world free of hunger and malnutrition where food and agriculture contributes to improving the living standards of all, especially the poorest, in an economically, socially and environmentally sustainable manner

The Three Global Goals of Members

- Reduction of the absolute number of people suffering from hunger, progressively ensuring a world which all people at all times have sufficient safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life
- Elimination of poverty and the driving forward of economic and social progress for all, with increased food production, enhanced rural development and sustainable livelihoods
- Sustainable management and utilisation of natural resources, including land, water, air, climate and genetic resources, for the benefit of present and future generations

Strategic Objectives

- A. Sustainable intensification of crop production
- B. Increased sustainable livestock production
- C. Sustainable management and use of fisheries and aquaculture resources
- D. Improved quality and safety of foods at all stages of the food chain
- E. Sustainable management of forests and trees
- F. Sustainable management of land, water and genetic resources and improved responses to global environmental challenges affecting food and agriculture
- G. Enabling environment for markets to improve livelihoods and rural development
- H. Improved food security and better nutrition
- I. Improved preparedness for, and effective response to, food and agricultural threats and emergencies
- K. Gender equity in access to resources, goods, services and decision-making in the rural areas
- L. Increased and more effective public and private investment in agriculture and rural development

Functional Objectives

- X. Effective collaboration with Member States and stakeholders
- Y. Efficient and effective administration

Core Functions

- | | |
|---|--|
| a. Monitoring and assessment of long-term and medium-term trends and perspectives | b. Assembly and provision of information, knowledge and statistics |
| c. Development of international instruments, norms and standards | d. Policy and strategy options and advice |
| e. Technical support to promote technology transfer and build capacity | f. Advocacy and communication |
| g. Inter-disciplinarity and innovation | h. Partnerships and alliances |

ANEXO 9

Escritório Sub-regional da FAO – África Ocidental – Quadro Estratégico

SFW priority areas	FAO/RAF Strategic Framework 2010-2019	Organizational results of FAO Strategic Framework 2010-19	ECOWAP specific objectives
<p>Priority 1:</p> <p>Sustainable increase of agricultural productivity and diversification for better nutrition of most vulnerable (women, Youths, small farmers, pastoralists, marginalized ethnic groups, People Living with or affected by HIV/AIDS) affected by short, medium and long term food insecurity</p>	<p>FAO/RAF priority 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sustainable land management and soil fertility improvement • Agricultural water management • Improving domestic production and marketing • Facilitating regional trade in food staples • Building household productivity and asset • Improving livestock production <p><i>Take into consideration; Pillars 1,3,4 and MDGs 1, 3, 8</i></p>	A, B, C, D, E, F, I, K & L	1, 2, 3, 4, 5 & 7 Mobilizing programs I, II & III
<p>Priority 2:</p> <p>Sustainable management of natural resources (forests, trees, land, water, fauna and genetic resources) encompassing women and vulnerable groups' specific needs</p>	<p>FAO/RAF priority 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Land and Water • Supporting fisheries policies and instituting framework development • Encouraging fisheries equipment and infrastructure improvement • Promoting Commercial aquaculture • Supporting policy reforms and appropriate land use planning • Strengthening institutional frameworks • Encouraging sustainable forest management <p><i>Take into account: Pillar 1 and MDGs 1, 3, 7, 8</i></p>	E, F, D, K, L, C, B, A, E, X & L	5, 1, 6 & 7 Mobilizing program II
<p>Priority 3:</p> <p>Enabling attractive, competitive and gender sensitive environment for markets and improved food quality and safety for better trade</p>	<p>FAO/RAF priority 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encouraging the improvement of local infrastructure • Encouragement of sound trade policies at regional level • Strengthening capacity to participate in trade negotiations • Promoting the building of strategic alliances –industry linkages • Production and marketing • Regional trade • Householder productivity <p><i>Take into account Pillars 1, 2 and MDGs 1, 3, 8</i></p>	G, D, K, L, H, A, A, ,B C, X & L	3, 1, 4, 2 & 7 Mobilizing program I & II
<p>Priority 4:</p> <p>Knowledge management, advocacy and policy coordination in West Africa</p>	<p>FAO/RAF priority 4</p> <p>Cross cutting and Core functions to B & F</p> <p><i>Take into account: Pillar 4 and MDG 8</i></p>	K, L X, L & Core functions	7, 1, 5, 6 & 2 Cross cutting

ANEXO 10

Escritório Sub-regional da FAO – África Ocidental – Quadro Estratégico – Quadro Lógico

		Verifiable indicators	Intended users	Source of verification	Risks/ Assumptions
IMPACTS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduction prevalence of malnutrition ▪ Sustainable reduction of poverty ▪ West African Agriculture and food production average growth ▪ Improvement of West African food export/import balance/improved food sovereignty ▪ Sustained increased of Volume of West African agriculture produce transactions ▪ Level of country and regional ARD policies and programs genderized ▪ Increased cooperation and partnership management between ECOWAS & SFW 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % Reduced malnutrition rates ▪ % population living on SU\$1 per day ▪ % of women at decision making level ▪ Increased capacities of country and sub regional agencies and ARD actors to cope with food shocks and climate change impacts on vulnerable ▪ % MOUs effectively implanted ▪ % reduced export/import of food commodities ▪ % Positive food production/consumption balance 	<p>RAF, SFW, FAOR, SROs, Governments, CSOs, Private actors, Farmers, Traders, UN agencies</p>	<p>Programme funding MOUs, Partnership MOUs, Annual reports, Workshop and consultation communiqués, PMIS</p>	<p>Continued political will at sub-regional and country level by policy and decision makers</p> <p>Reduced social, political and cultural conflicts</p> <p>Conducive social and political environment with policies with attractive incentives/measures for private investment and farmers buy-in in ARD</p>
OUTCOMES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Average share of AFORD is at least 10% of Government annual budgets ▪ Two out of three Bi and Multilateral donors have earmarked at least 25% of their contribution to AFORD ▪ 100% of African Governments are implementing post COMPACT activities ▪ Gender is effectively integrated in all African country, sub regional and regional ARD policies and programs ▪ All UN agencies under UNDAF are operating as “one” under FAO leadership to combat food insecurity in Africa ▪ Key ARD actors at all levels are jointly planning, implementing, monitoring and evaluating the progress in achieving the MDGs. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Level of investment in ARD sector by Governments Donors and private ▪ Level of alignment of policies and programs to CAADP/COMPACTS ▪ Level of enforcement of ARD policies and measures agreed upon at country, sub regional, regional and global levels ▪ % of countries having completed and endorsed their COMPACTs ▪ Share of investment dedicated to women ▪ Level of sub region food sufficiency ▪ % Increased volume of trade of agriculture and use food commodities ▪ % value added to Agriculture produce 	<p>RAF, SFW, FAOR, SROs, Governments, CSOs, Private actors, Farmers, Traders, UN agencies</p>	<p>Programme funding MOUs, Partnership MOUs, Annual reports, Workshop and consultation communiqués, PMIS</p>	<p>Reduced prevalence and impacts of HIV/AIDS, resurging malaria and other endemic diseases</p> <p>Increased available international Aid</p>
OUTPUTS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Country members have developed their COMPACTS and have been implementing post-COMPACT activities (NAIP) ▪ Private sector and Donor community have increased their funding into ARD ▪ Every REC and each country dispose an attractive 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % country members having endorsed their COMPACTS & NAIP ▪ Volume of funding per source in ARD ▪ % Financial partners having earmarked their budgetary aid for ARD ▪ # country with attractive and harmonized ARD 	<p>RAF, SFW, FAOR, SROs, Governments, CSOs, Private actors, Farmers, Traders, UN agencies</p>	<p>Programme funding MOUs, Partnership MOUs, Annual reports, Workshop and consultation communiqués,</p>	<p>ECOWAS is operating as an effective regional economic entity</p> <p>Policies and programs are effectively engendered</p>

		Verifiable indicators	Intended users	Source of verification	Risks/ Assumptions
	<p>and harmonized AFORD investment code</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Trained opinions leaders, CSOs and relevant stakeholders are implementing jointly advocacy campaigns on food security and poverty reduction ▪ FAO and UNDAF members are implementing a joint agenda on AFORD promotion ▪ Governments, SRO, INGOs and donors are jointly conducting regular reviews and M&E of ARD performances ▪ Multi-stakeholder country level and sub regional consultations and round tables ▪ Joint country level advocacy events in collaboration with World Food Day team & WFP ▪ Country, sub regional and regional agencies and donors have endorsed joint baselines and targets to achieve MDGs by 2015 ▪ Advocacy campaign support guidelines are available 	<p>investment codes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ # advocacy campaigns by trained opinion leaders, CSOs and relevant stakeholders to donors, policy & decision makers ▪ # of joint UN agency funded programs ▪ # Governments, SRO, INGOs and donors are jointly regular reviews of ARD performances ▪ # Multi-stakeholder country level and sub regional consultations and round tables ▪ Advocacy campaign support guidelines are available ▪ # policy dialogues facilitated ▪ # methodologies and tools developed and disseminated to ARD stakeholders ▪ # TCP and extra budgetary projects funded ▪ Effective Market Information System 		PMIS	<p>Climate remains stable and favourable to food production</p> <p>International community is supporting West Africa ARD initiatives</p> <p>Private sector involvement in ARD sustainably increased</p>
INPUTS		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Knowledge asset ▪ SFW, FAOR & Headquarters ▪ Sub regional and country level Partners ▪ Beneficiaries ▪ Donors 			

NB: Outputs are defined here as intermediary results rather than simple deliverables resulting from the completion of activities